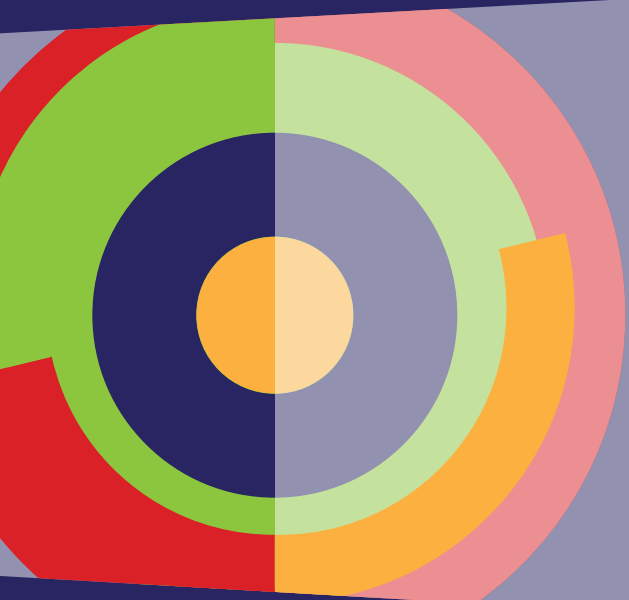




AD&C

Agência para o
Desenvolvimento e
Coesão, I.P.



PLANO DE GESTÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS

Cofinanciado por:



FICHA TÉCNICA

Título

PLANO DE GESTÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS
(2018 – v. 3)

Editor

Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P.

Endereços

Av. 5 de Outubro, n.º 153
1050-053 Lisboa
Telf: 218 814 000
Fax: 218 881 111
agencia@adcoesao.pt
www.adcoesao.pt

Conceção técnica

Núcleo de Planeamento e Gestão da Qualidade

Data de edição

dezembro de 2018

Controlo de versões

N.º Versão	Data Aprovação	Alterações
1	30-01-2015	
2	05-05-2017	Revisto e atualizado na sequência do Relatório de Execução do PGRIC
3	08-01-2019	Revisto e atualizado na sequência do Relatório de Execução do PGRIC

ÍNDICE

ÍNDICE	3
ÍNDICE DE TABELAS E FIGURAS	4
ENQUADRAMENTO	5
1. ÂMBITO E OBJETIVOS.....	6
2. METODOLOGIA	6
2.1. Conceitos	6
2.2. Qualificação do risco.....	8
3. CARACTERIZAÇÃO DA AD&C	9
3.1. Atribuições.....	9
3.2. Missão, Visão, Valores	11
3.3. Modelo Organizacional.....	12
3.4. Princípio da Separação de Funções	12
4. AVALIAÇÃO DO RISCO E MEDIDAS PROPOSTAS	16
4.1. Áreas sujeitas a riscos específicos	16
4.2. Áreas onde se identifica genericamente o risco de contratação pública	28
4.3. Áreas de resposta	35
5. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES GERAIS.....	36
6. CONTROLO E MONITORIZAÇÃO DO PLANO	38
ABREVIATURAS E SIGLAS.....	39
ANEXOS	42
ANEXO I – Lista de Infrações.....	43

ÍNDICE DE TABELAS E FIGURAS

Tabela 1: Crimes de corrupção e infrações conexas.	7
Tabela 2: Qualificação do Risco	8
Figura 1: Modelo de decisão da AD&C	13
Figura 2: Modelo de separação de funções.....	14
Figura 3: Modelo de Governação do Portugal 2020.....	15



ENQUADRAMENTO

Em cumprimento da Recomendação n.º 1/2009 do Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC), foi elaborado, no final de 2014, o Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PGRIC) da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P. (AD&C), aprovado pelo Conselho Diretivo (CD) em 30/01/2015.

Ainda em cumprimento da referida Recomendação, foram efetuadas as monitorizações anuais do Plano, com o objetivo de analisar e avaliar em que proporção as medidas propostas estavam a ser implementadas e de aferir da necessidade de revisão dos riscos e mecanismos de controlo anteriormente identificados, o que resultou na elaboração de relatórios anuais de execução e, consequentemente, na revisão e atualização do PGRIC da AD&C. Estes documentos foram submetidos à tutela e ao CPC, estando disponíveis no *site* da AD&C.

Refletem-se agora, nesta versão revista e atualizada do Plano, as conclusões e recomendações do Relatório de Execução do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas 2017.

Ao rever o Plano mantém-se a estratégia prosseguida de prevenção dos riscos de Corrupção e Infrações Conexas, aliada a objetivos específicos no âmbito do Combate à Fraude, e fundamentada na defesa de princípios éticos, divulgados a todos os seus clientes e colaboradores, e no permanente aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão e controlo interno e externo, investindo na transparência e simplicidade dos mesmos.

O presente Plano resulta do envolvimento dos dirigentes das várias unidades orgânicas da AD&C e pretende identificar as principais áreas de risco de corrupção, as situações passíveis de gerar conflitos de interesses e incompatibilidades, as medidas existentes ou a implementar para prevenir a sua ocorrência, bem como os responsáveis envolvidos na gestão do Plano, e adotar um conjunto de mecanismos e medidas para assegurar a sua prevenção e gestão.

A coordenação do processo de preparação e elaboração do Plano é da responsabilidade do Núcleo de Planeamento e Gestão da Qualidade (NPGQ).



1. ÂMBITO E OBJETIVOS

A elaboração de um instrumento de prevenção de riscos de corrupção para a AD&C tem como objetivo primordial salvaguardar e reforçar a sua credibilidade, no contexto das atribuições que lhe estão cometidas de gestão e coordenação dos Fundos Europeus, de quaisquer riscos no âmbito de infrações relacionadas com a prática de atos de corrupção.

Objetivos:

- 1) Identificação dos riscos de corrupção e infrações conexas relativamente a cada área ou unidade orgânica;
- 2) Com base no apuramento dos riscos, identificação das medidas implementadas para prevenir a sua ocorrência (por exemplo medidas de controlo interno em aplicação);
- 3) Proposta de medidas preventivas da ocorrência de riscos, quando assim se justifique;
- 4) Definição e identificação dos responsáveis envolvidos na gestão do plano.

2. METODOLOGIA

2.1. Conceitos

Tendo presente os conceitos associados a «corrupção» nas suas múltiplas variantes, bem como a infrações conexas, e considerando as funções desempenhadas na AD&C, importa ter presente qual o grau de potenciais riscos em função da atividade de cada uma das suas unidades orgânicas.

Para o efeito, de acordo com as definições que o Tribunal de Contas adotou no seu próprio Plano:

“Risco é definido como o evento, situação ou circunstância futura com a probabilidade de ocorrência e potencial consequência positiva ou negativa na consecução dos objetivos de uma unidade organizacional”.

“A Gestão de Risco é o processo através do qual as organizações analisam metodicamente os riscos inerentes às respetivas atividades, com o objetivo de atingirem uma vantagem sustentada em cada atividade individual e no conjunto de todas as atividades (Norma de gestão de riscos, FERMA 2003).”

Para além destes conceitos, importa delimitar o objeto dos riscos, ou seja, definir os conceitos associados aos crimes e infrações conexas, considerados em diversas fontes e que constituem a base do presente Plano, destacando-se as seguintes:

- Código Penal, Decreto-Lei n.º 48/95, de 15 de março;
- Código de Procedimento Administrativo, Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro;
- Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, Lei n.º 35/2014, de 20 de junho;



- Recomendação do CPC – Gestão de Conflitos de Interesse no Setor Público, de 7 de novembro de 2012;
- Recomendação do CPC – Prevenção de Riscos de Corrupção na Contratação Pública, de 7 de janeiro de 2015;
- Recomendação do CPC – Planos de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, de 1 de julho de 2015.

A partir destas fontes é possível delinear três grupos de delitos que se podem incluir nos conceitos de «corrupção e infrações conexas» (para descrição de conceitos ver Anexo I):

- Crimes de corrupção;
- Crimes conexos;
- Infrações conexas.

		Infração
Crimes de corrupção (Código Penal)		Corrupção ativa , Artigo 374.º
		Corrupção passiva , Artigo 373.º
Crimes conexos (Código Penal)		Abuso de poder , Artigo 382.º
		Tráfico de influência , Artigo 335.º
		Peculato , Artigo 375.º
		Peculato de uso , Artigo 376.º
		Concussão , Artigo 379.º
		Suborno , Artigo 363.º
		Participação económica em negócio , Artigo 377.º
Infrações conexas	Crimes contra o setor público (Código Penal)	Apropriação ilegítima de bens públicos , Artigo 234.º
		Administração danosa , Artigo 235.º
		Violação de segredo por funcionário , Artigo 383.º
		Falsificação praticada por funcionário , Artigo 257.º
		Usurpação de funções , Artigo 358.º
		Abuso de confiança , Artigo 205.º
	Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas (LTPF)	Incompatibilidades e impedimentos , Artigo 19.º
		Incompatibilidades com outras funções , Artigo 20.º
		Acumulação com outras funções públicas , Artigo 21.º
		Acumulação com funções ou atividades privadas , Artigo 22.º;
		Proibições específicas , Artigo 24.º.
		Deveres do trabalhador , Artigo 73.º
	Código de Procedimento Administrativo (CPA)	Casos de impedimentos de titulares de órgãos e de agentes da Administração Pública , Artigo 69.º
	Recomendação do CPC (Conselho de Prevenção da Corrupção)	Conflitos de interesses (Recomendação CPC de 7/11/2012)
		Contratação pública (Recomendação CPC de 7/01/2015)

Tabela 1: Crimes de corrupção e infrações conexas.



2.2. Qualificação do risco

Seguindo a metodologia adotada pela Inspeção-Geral de Finanças (IGF), no seu próprio Plano de Gestão de Riscos de Corrupção, o grau de risco pode ser classificado de acordo com três categorias: “Elevado”, “Moderado” ou “Fraco”, em função de duas variáveis que integram as definições de risco:

- A. Probabilidade de ocorrência das situações que comportam “risco”;
- B. Impacto estimado das infrações.

A – Probabilidade de ocorrência:

- **Elevada:** o risco decorre de um processo corrente e frequente da organização;
- **Moderada:** o risco está associado a um processo esporádico da organização que se admite venha a ocorrer ao longo do ano;
- **Fraca:** o risco decorre de um processo que apenas ocorrerá em circunstâncias excecionais.

B – Impacto previsível:

- **Elevado:** quando da situação de risco identificada podem decorrer prejuízos financeiros significativos para o Estado e a violação grave dos princípios associados ao interesse público, lesando a credibilidade do organismo e do próprio Estado;
- **Moderado:** a situação de risco pode comportar prejuízos financeiros para o Estado e perturbar o normal funcionamento do organismo;
- **Fraco:** a situação de risco em causa não tem potencial para provocar prejuízos financeiros ao Estado, não sendo as infrações causadoras de danos relevantes na imagem e operacionalidade da instituição.

Da conjugação destas duas variáveis apresenta-se a seguinte tabela, com os graus de risco que serão adotados no presente Plano para a atividade desenvolvida em cada uma das Unidades Orgânicas da AD&C.

Tabela de Risco		Probabilidade de ocorrência		
		Elevado	Moderado	Fraco
Impacto Previsível	Elevado	Elevado	Elevado	Moderado
	Moderado	Elevado	Moderado	Fraco
	Fraco	Moderado	Fraco	Fraco

Tabela 2: Qualificação do Risco



3. CARACTERIZAÇÃO DA AD&C

A Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P. foi criada pelo Decreto-Lei n.º 140/2013, de 18 de outubro, e tem por missão coordenar a Política de Desenvolvimento Regional e assegurar a coordenação geral dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI).

Dotada de autonomia administrativa e financeira e património próprio, é um instituto público de regime especial, com capacidade jurídica de intervenção sobre todo o território nacional.

Situando-se na esfera da administração indireta do Estado, integra o Ministério do Planeamento e das Infraestruturas e atua sob superintendência e tutela deste Ministério.

A criação da AD&C resulta da fusão de três entidades públicas – Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu e Observatório do QREN – com o objetivo de favorecer a coordenação da Política Estrutural e de Desenvolvimento Regional cofinanciada pelos Fundos Europeus, garantir uma maior coordenação das opções de macroprogramação financeira e reforçar a racionalidade económica e a sustentabilidade financeira dos investimentos cofinanciados

Relativamente aos fundos da Política de Coesão (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional – FEDER, Fundo Social Europeu – FSE e Fundo de Coesão – FC), a concentração numa única instituição das funções relativas à coordenação global, Certificação, Pagamento, Avaliação, Comunicação, Monitorização e Auditoria de Operações, neste caso em articulação com a Autoridade de Auditoria (AA), constitui um contributo inequívoco para a racionalização, especialização e eficiência dos serviços.

3.1. Atribuições

A Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P. está investida de um conjunto de atribuições agrupadas em quatro domínios de intervenção, designadamente:

Política de Desenvolvimento Regional

- Formular propostas de Políticas de Desenvolvimento Regional Sustentável, nos planos estratégico e operacional;
- Colaborar na conceção e promoção de instrumentos de base territorial, designadamente os que visem a valorização dos recursos endógenos associados ao desenvolvimento sustentado do território, nomeadamente os contratos-programa entre as Autoridades de Gestão (AG) dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento e entidades públicas ou privadas;
- Monitorizar a aplicação de políticas estruturais, nomeadamente as cofinanciadas por fundos europeus;
- Definir e manter atualizado o Registo Central *de minimis* e exercer o controlo da acumulação de apoios financeiros e fiscais concedidos nesse âmbito;
- Assegurar a participação técnica portuguesa nos fóruns internacionais sobre políticas de desenvolvimento regional;
- Participar na Comissão Interministerial para os Assuntos Europeus, no âmbito do Desenvolvimento Regional e dos Fundos da Política de Coesão.



Fundos Europeus Estruturais e de Investimento

- Assegurar a coordenação geral, incluindo o acompanhamento dos processos de Programação, Reprogramação e Monitorização daqueles fundos, em articulação com as Autoridades de Gestão dos Programas Operacionais (PO);
- Garantir o apoio técnico à Comissão Interministerial de Coordenação (CIC) do Acordo de Parceria;
- Assegurar a interlocução, no plano técnico, com a Comissão Europeia, ao nível do Acordo de Parceria;
- Participar nos órgãos e estruturas de governação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento;
- Coordenar e desenvolver o sistema de avaliação do Acordo de Parceria, em articulação com as Autoridades de Gestão, na perspetiva da sua contribuição para a concretização das políticas públicas cofinanciadas;
- Desenvolver os instrumentos de reporte sobre a aplicação desses fundos, nomeadamente os previstos na regulamentação europeia ao nível do Acordo de Parceria;
- Divulgar informação sobre a Monitorização Estratégica do Acordo de Parceria, designadamente no que respeita à prossecução das respetivas prioridades;
- Coordenar a conceção e acompanhamento do quadro de desempenho, com vista à aferição do nível de obtenção de resultados e objetivos propostos.

Fundos da Política de Coesão

- Assegurar a coordenação e o suporte técnico aos processos de programação e reprogramação, bem como a monitorização e a produção e sistematização dos indicadores físicos e financeiros;
- Contribuir para a definição das suas linhas gerais de aplicação e para a eficácia das respetivas intervenções operacionais;
- Esclarecer e harmonizar, designadamente através da emissão de orientações gerais dirigidas às Autoridades de Gestão dos PO, a aplicação das normas europeias e nacionais que regem os apoios;
- Assegurar a interlocução com os serviços da Comissão Europeia, a representação nas suas estruturas consultivas sobre a preparação, programação e aplicação dos fundos da política de coesão e a participação nos grupos técnicos do Conselho da União Europeia, nas matérias relacionadas com aqueles fundos;
- Exercer as funções de Autoridade de Certificação (AC) e de Entidade Pagadora dos Fundos da Política de Coesão, incluindo nos Programas de Cooperação Territorial Europeia (PO CTE), do Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu (MF EEE) e das Iniciativas Comunitárias ou de outros instrumentos financeiros para que venha a ser designada;
- Executar, em articulação com a Autoridade de Auditoria, funções de auditoria e controlo das intervenções dos fundos da Política de Coesão, incluindo nos Programas de Cooperação Territorial Europeia (CTE) no Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu (MFEEE) e nas Iniciativas Comunitárias ou outros instrumentos financeiros para que venha a ser designada;
- Coordenar e promover a comunicação e informação sobre a aplicação dos fundos;
- Assegurar o funcionamento de um Sistema de Informação relativo à execução dos fundos, que integre os indicadores físicos e financeiros necessários à Monitorização, Certificação, Gestão, Avaliação, Controlo e Auditoria dos apoios concedidos;
- Promover a instrução dos pedidos de financiamento à Comissão Europeia dos Grandes Projetos no âmbito dos Fundos da Política de Coesão;
- Coordenar a participação nos Programas da Cooperação Territorial Europeia e assegurar o seu Acompanhamento;



- Exercer as competências de Encerramento, Avaliação e Controlo do Fundo de Coesão II (FC II);
- Gerir as medidas programáticas de Assistência Técnica do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e do Fundo Social Europeu;
- Garantir a articulação, ao nível da Programação, Acompanhamento e Avaliação, entre os Fundos da Política de Coesão e os recursos nacionais, nomeadamente no quadro da programação orçamental plurianual e da mobilização da contrapartida nacional dos investimentos cofinanciados por fundos europeus.

Outros Fundos e Políticas Europeias

- Assegurar as funções que lhe sejam atribuídas no âmbito das intervenções ou fundos europeus;
- Exercer as funções de Autoridade de Certificação e de Entidade Pagadora, Auditoria e Controlo do Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu;
- Intervir na atribuição e administração de financiamentos e de outras operações ativas, no âmbito de medidas de financiamento do Banco Europeu de Investimentos (BEI), ou de outros instrumentos financeiros, associados à utilização de fundos europeus, nos termos definidos pela respetiva regulamentação;
- Assegurar o acompanhamento da articulação entre os FEEL e outros instrumentos e políticas comunitárias, na perspetiva de potenciar as sinergias entre ambos.

3.2. Missão, Visão, Valores

Missão Coordenar a política de desenvolvimento regional e assegurar a coordenação geral dos fundos europeus estruturais e de investimento.

Visão Ser o centro de competências na Política de Desenvolvimento Regional e de Coesão e na aplicação de Fundos Europeus.

Valores



VALORES	DESCRIÇÃO
---------	-----------



Inovação	Desenhar e implementar soluções inovadoras que respondam às necessidades dos <i>stakeholders</i> , adotando as melhores práticas de gestão com vista a transformar oportunidades em soluções.
Transparência	Garantir a prestação pública de contas da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P. e da gestão dos Fundos Europeus e promover o acesso fácil e permanente à informação, através de processos simplificados e comunicação clara, relevante, precisa e atualizada.
Cooperação	Promover alianças em que o benefício global é superior ao da ação individual. A cooperação sustenta-se no desenvolvimento de parcerias ativas, nacionais e transnacionais, que acrescentam valor ao país e à Europa, e na construção de um sólido espírito de equipa, com base em práticas de igualdade, respeito mútuo e ética profissional.
Qualidade	Promover a melhoria contínua tendo em vista uma prestação de serviços de excelência, assegurando a fiabilidade e uma elevada qualidade técnica de execução, no sentido de consolidar a confiança nos resultados do trabalho da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P.

3.3. Modelo Organizacional

A AD&C apresenta um modelo organizacional flexível e pouco hierarquizado, composto de um conjunto restrito de unidades e núcleos, previsto nos respetivos estatutos (Portaria n.º 351/2013, de 4 de dezembro) (ver Figura 1) e de um número limitado de núcleos, criados por iniciativa do Conselho Diretivo, conforme disposto na sua Lei Orgânica (Decreto-Lei n.º 140/2013, de 18 de outubro).

A AD&C integra três órgãos de gestão: o Conselho Diretivo (CD), o Conselho Consultivo e o Fiscal Único.

O Conselho Diretivo é composto por um Presidente, um Vice-presidente e dois Vogais, competindo-lhe orientar e gerir as atividades da AD&C.

O CD pode delegar, com a faculdade de subdelegação, em um ou mais dos seus membros ou nos titulares dos cargos de direção intermédia dos respetivos serviços as competências que lhe estejam legalmente cometidas.

De acordo com o disposto na Lei Orgânica, compete ao presidente do Conselho Diretivo, sem prejuízo das competências que lhe sejam conferidas por lei ou que nele sejam delegadas ou subdelegadas, coordenar as negociações das intervenções dos fundos da política de coesão, bem como os contactos técnicos respetivos com a Comissão Europeia; representar a AD&C na Comissão Interministerial para os Assuntos Europeus; exercer as competências inerentes ao cargo de presidente da Comissão de Acompanhamento do FC II; e também exercer as funções de gestor do PO de Assistência Técnica do Portugal 2020 (POAT 2020).

O Fiscal Único é designado nos termos da Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, e tem as competências aí previstas.

O Conselho Consultivo é o órgão de consulta, acompanhamento estratégico independente, apoio e participação na definição das linhas gerais de aplicação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento.

A composição do Conselho Consultivo assegura a participação dos parceiros sociais e de serviços e organismos com responsabilidade pela aplicação das principais políticas públicas apoiadas pelos FEEL.

3.4. Princípio da Separação de Funções



Por via das responsabilidades que lhe estão acometidas em matéria de gestão dos fundos comunitários e da política de coesão, decorrentes do modelo de gestão adotado pelo Estado português, a AD&C tem, desde logo, de assegurar o cumprimento rigoroso da segregação de funções entre as áreas de certificação de despesas, de pagamento a beneficiários e de auditoria a operações cofinanciadas.

Esta segregação é evidenciada no facto de cada função estar acometida a uma unidade orgânica específica e também ao nível das linhas de reporte hierárquico de cada uma destas unidades, coordenadas por diferentes membros do Conselho Diretivo, conforme se encontra definido em Deliberação do CD de 30 de julho de 2015, que define o modelo de reporte e de tutela das unidades e dos núcleos que integram a orgânica da AD&C, bem como a sua substituição em situações de ausência e impedimento.

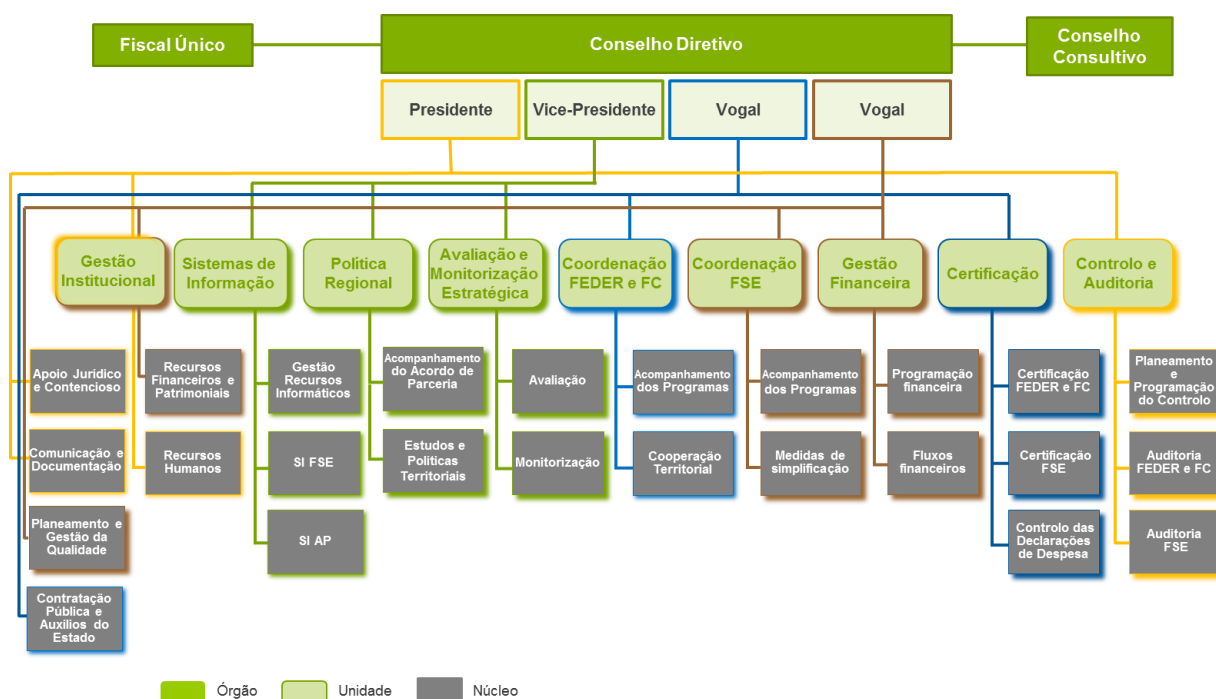


Figura 3: Modelo de decisão da AD&C

A organização interna da AD&C salvaguarda assim o princípio da separação de funções, conforme as boas práticas de gestão dos fundos estruturais.

Neste âmbito ficou estabelecido que as funções de controlo e de auditoria estão na dependência do Presidente, a função de certificação na dependência de um Vogal e a função de pagamento e recuperações na dependência da outra Vogal.

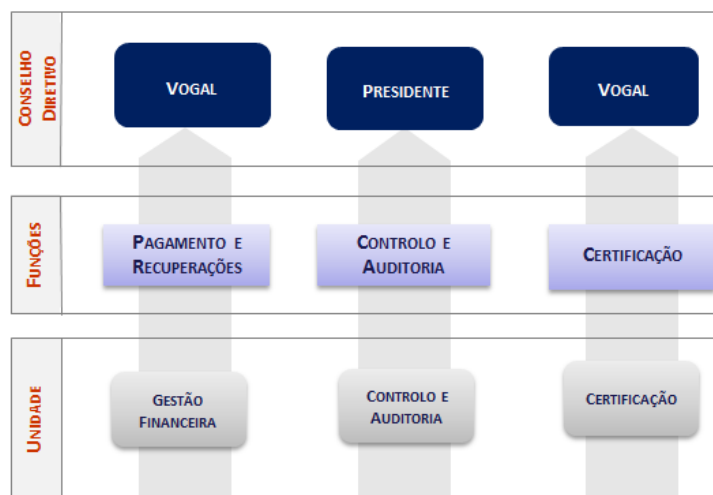
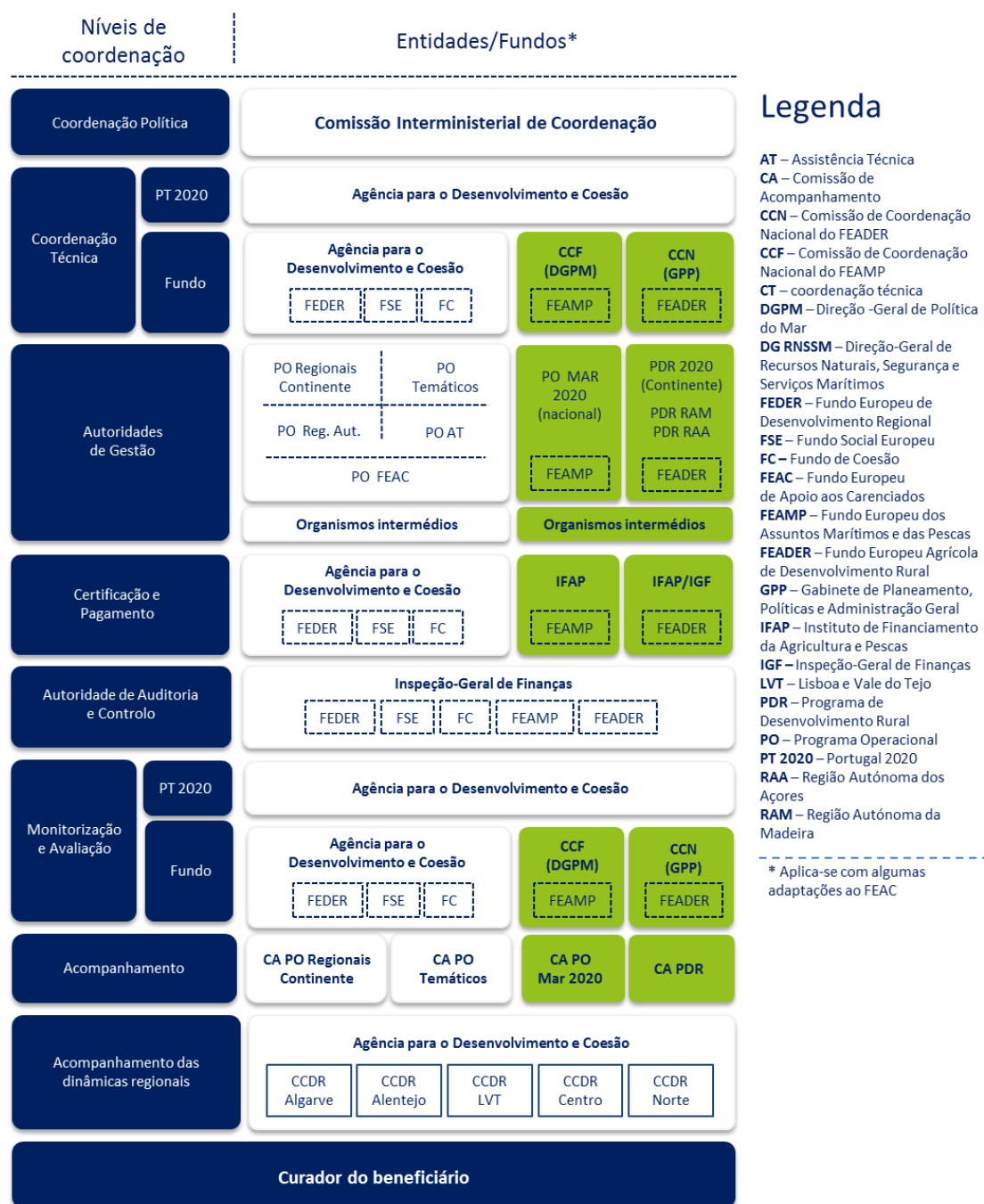


Figura 4: Modelo de separação de funções

Foi igualmente determinado o exercício de competências em situações de ausência ou impedimento de qualquer um dos membros do Conselho Diretivo.

A par de outros princípios, o princípio da segregação e funções e prevenção de conflitos de interesses praticados pela AD&C, inserem-se num conjunto de princípios gerais da governação estabelecida para a gestão do Portugal 2020 (PT2020) e respetivos órgãos de coordenação e programas operacionais.

No âmbito do Portugal 2020, o modelo de governação assenta num conjunto interdependente de patamares de controlo, conforme se ilustra de seguida.



Legenda

AT – Assistência Técnica
CA – Comissão de Acompanhamento
CCN – Comissão de Coordenação Nacional do FEADER
CCF – Comissão de Coordenação Nacional do FEAMP
CT – coordenação técnica
DGPM – Direção-Geral de Política do Mar
DG RNSSM – Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos
FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
FSE – Fundo Social Europeu
FC – Fundo de Coesão
FEAC – Fundo Europeu de Apoio aos Carenciados
FEAMP – Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas
FEADER – Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural
GPP – Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral
IGF – Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas
IGF – Inspeção-Geral de Finanças
LVT – Lisboa e Vale do Tejo
PDR – Programa de Desenvolvimento Rural
PO – Programa Operacional
PT 2020 – Portugal 2020
RAA – Região Autónoma dos Açores
RAM – Região Autónoma da Madeira

* Aplica-se com algumas adaptações ao FEAC

Figura 5: Modelo de Governação do Portugal 2020¹

¹ Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro.



4. AVALIAÇÃO DO RISCO E MEDIDAS PROPOSTAS

Tendo em conta as atribuições da AD&C, foram identificados e caracterizados por unidade orgânica os potenciais riscos de corrupção e infrações conexas. Adicionalmente, em virtude do elevado controlo sobre a sua atividade, foram identificados três segmentos:

- Áreas sujeitas a riscos específicos;
- Áreas onde se identifica genericamente o risco de contratação pública;
- Áreas de resposta.

Conforme indicado na nota metodológica, estes riscos foram classificados segundo uma escala de risco elevado, moderado e fraco, em função do grau de probabilidade de ocorrência (igualmente elevado, moderado e fraco).

Identificados os riscos, foram indicados os mecanismos de controlo interno existentes para prevenir a sua ocorrência, propondo-se seguidamente algumas medidas adicionais consideradas adequadas.

4.1. Áreas sujeitas a riscos específicos

Por via das suas atribuições enquanto Autoridade de Certificação de Fundos Europeus, Entidade Pagadora e responsável pela Auditoria a Operações, a AD&C, encontra-se obrigada, por via da regulamentação comunitária, a garantir que os seus procedimentos internos relacionados com estas funções se encontrem objetivados em Normas, Descrições de Sistemas e Manuais de Procedimentos.

No âmbito do Portugal 2020 e da Cooperação Territorial Europeia 2014-2020, nos quais a AD&C prossegue as mesmas atribuições, o sistema de gestão obedece às mesmas exigências.

De salientar ainda que, igualmente por via dos modelos de governação estabelecidos e por exigência da regulamentação comunitária, a AD&C encontra-se subordinada a um sistema de controlo externo pelas entidades de controlo no âmbito nacional e europeu, com resultados documentados em relatórios próprios. Neste âmbito, é objeto de frequentes ações de controlo externo, muitas delas com periodicidade anual, executadas por entidades como a Inspeção-Geral de Finanças, o Tribunal de Contas, a Direção-Geral de Política Regional e a Direção-Geral do Emprego, Assuntos Sociais e Inclusão, da Comissão Europeia, o Tribunal de Contas Europeu e o Organismo Europeu de Luta contra a Fraude.

Estas exigências obrigam, naturalmente, ao desenvolvimento de fortes mecanismos de controlo interno nas áreas de negócio mais diretamente envolvidas no desenvolvimento destas competências, para além de uma cultura de *accountability* que muito contribui para a minimização dos riscos de corrupção e infrações conexas.



Identificação dos riscos de corrupção e infrações conexas por áreas de atividade²

Unidade / Núcleo	Atribuições	Principais Atividades	Riscos Identificados	Qualificação do Risco	Mecanismos de Controlo	Medidas Propostas	Responsável
Unidade de Certificação – UC							
UC/ NCFFC e NCFSE	Assegurar o cumprimento das funções de Autoridade de Certificação do FEDER, FSE e FC e no âmbito dos programas de Cooperação Territorial Europeia, bem como de iniciativas comunitárias, do MFEE, do Programa SOLID, do FEAC e de outros instrumentos, iniciativas e programas para que venha a ser designada a AD&C.	<p>Certificar que a declaração de despesas apresentada à Comissão Europeia é exata, resulta de sistemas de contabilidade fiáveis e se baseia em documentos justificativos verificáveis.</p> <p>Certificar que as despesas declaradas estão em conformidade com as regras, comunitárias e nacionais, aplicáveis e foram incorridas em relação a operações selecionadas para financiamento, em conformidade com os critérios aplicáveis ao programa e com as regras nacionais e comunitárias.</p> <p>Assegurar, para efeitos de certificação, que recebeu informações adequadas da Autoridade de Gestão sobre os procedimentos e verificações levados a cabo em relação às despesas constantes das declarações de despesas.</p> <p>Ter em conta, para efeitos de certificação, os resultados de todas as auditorias efetuadas pela Autoridade de Auditoria, ou sob a sua responsabilidade, pela Comissão Europeia e pelo Tribunal de Contas Europeu.</p> <p>Elaborar e apresentar à Comissão Europeia declarações de despesas certificadas e pedidos de pagamento.</p>	Violação do dever de zelo (incumprimento procedimentos).	Frac	<ul style="list-style-type: none"> Procedimentos definidos na Descrição do Sistema de Gestão e Controlo e no Manual de Procedimentos da Autoridade de Certificação; Checklist e evidências de todas as verificações; Validação do trabalho técnico pelos coordenadores dos Núcleo e pela diretora da Unidade; Todos os procedimentos foram validados pela Autoridade de Auditorias (IGF) e pela Comissão Europeia, no âmbito do exercício de <i>Compliance Assessment</i> e posteriormente auditados pela AA; Todo o <i>workflow</i> do processo de certificação fica registado nos sistemas de informação SI FEDER/FC e SIIFSE – o pagamento é realizado por outra unidade orgânica (segregação de funções). 	Garantir, em todas as circunstâncias, o cumprimento integral dos mecanismos de controlo interno identificados.	Direção da UC Coordenação do NCFFC e do NCFSE

² Apenas são evidenciadas neste quadro as áreas de atividade para as quais foram identificados riscos.



Unidade / Núcleo	Atribuições	Principais Atividades	Riscos Identificados	Qualificação do Risco	Mecanismos de Controlo	Medidas Propostas	Responsável
Unidade de Certificação – UC							
UC/ NCFFC e NCFSE	Assegurar o cumprimento das funções de Autoridade de Certificação do FEDER, FSE e FC e no âmbito dos programas de Cooperação Territorial Europeia, bem como de iniciativas comunitárias, do MFEEE, do Programa SOLID, do FEAC e de outros instrumentos, iniciativas e programas para que venha a ser designada a AD&C.	<p>Manter registos contabilísticos informatizados das despesas declaradas à Comissão Europeia.</p> <p>Manter a contabilidade dos montantes a recuperar e dos montantes retirados na sequência da anulação, na totalidade ou em parte, da participação numa operação.</p> <p>Assegurar que os montantes recuperados devem ser restituídos ao Orçamento Geral da União Europeia antes do encerramento do programa operacional, mediante dedução à declaração de despesas seguinte.</p>	Violação do dever de zelo (incumprimento procedimentos).	Fraco	<ul style="list-style-type: none"> - Procedimentos definidos na Descrição do Sistema de Gestão e Controlo e no Manual de Procedimentos da Autoridade de Certificação; - <i>Checklist</i> e evidências de todas as verificações; - Validação do trabalho técnico pelos coordenadores dos Núcleo e pela diretora da Unidade; - Todos os procedimentos foram validados pela Autoridade de Auditorias (IGF) e pela Comissão Europeia, no âmbito do exercício de <i>Compliance Assessment</i> e posteriormente auditados pela AA; - Todo o <i>workflow</i> do processo de certificação fica registado nos sistemas de informação SI FEDER/FC e SIFSE – o pagamento é realizado por outra unidade orgânica (segregação de funções). 	Garantir, em todas as circunstâncias, o cumprimento integral dos mecanismos de controlo interno identificados.	Direção da UC Coordenação do NCFFC e do NCFSE
	Formular previsões relativas aos fluxos financeiros externos, relativos à despesa a certificar à Comissão Europeia, bem como analisar, acompanhar e manter atualizados e sistematizados os elementos respeitantes a esses fluxos.	Manter os registos dos fluxos financeiros atualizados nos Sistemas de Informação permitindo a elaboração de proposta, a enviar à CE, das previsões dos pedidos de pagamento esperados, por Fundo e por Programa, para o exercício financeiro em curso e para o exercício seguinte.			Modelo de proposta, calendário e especificações previstas em regulamentação e/ou Manual de Procedimentos da AC.	Garantir, em todas as circunstâncias, o cumprimento integral dos mecanismos de controlo interno identificados.	
UC/ NCDD	Efetuar o controlo dos pedidos de pagamento apresentados pelas AG.	Realizar ações de controlo às AG/OI e elaborar os relatórios das ações de verificação e preenchimento de <i>checklist</i> .	<ul style="list-style-type: none"> - Violação do dever de zelo (incumprimento procedimentos); - Violação do dever de imparcialidade - Violação do dever de isenção. 	Fraco	<ul style="list-style-type: none"> - Procedimentos definidos na Descrição do Sistema de Gestão e Controlo e no Manual de Procedimentos da Autoridade de Certificação; - <i>Checklist</i> e evidências de todas as verificações; - Validação do trabalho técnico pela coordenadora do Núcleo e pela diretora da Unidade; - Todos os procedimentos foram validados pela Autoridade de Auditorias e pela Comissão Europeia, no âmbito do exercício de <i>Compliance Assessment</i> e posteriormente auditados pela AA. 	Garantir, em todas as circunstâncias, o cumprimento integral dos mecanismos de controlo interno identificados.	Direção da UC Coordenação do NCDD



Unidade / Núcleo	Atribuições	Principais Atividades	Riscos Identificados	Qualificação do Risco	Mecanismos de Controlo	Medidas Propostas	Responsável
Unidade de Certificação – UC							
UC/ NCDD	Decorrente das verificações, proceder às correções financeiras a que houver lugar, relativas aos apoios concedidos pelos Fundos da Política de Coesão e ainda pelos Programas de Cooperação Territorial Europeia, MFEEE e outros instrumentos, iniciativas e programas para que a AD&C seja designada com funções de certificação de despesa.	Realizar ações de controlo às AG/OI e elaborar os relatórios das ações de verificação e preenchimento de <i>checklist</i> , identificando, nomeadamente, as correções financeiras realizadas.	<ul style="list-style-type: none"> - Violação do dever de zelo (incumprimento Procedimentos); - Violação do dever de imparcialidade - Violação do dever de isenção. 	Fraco	<ul style="list-style-type: none"> - Procedimentos definidos na Descrição do Sistema de Gestão e Controlo e no Manual de Procedimentos da Autoridade de Certificação; - <i>Checklist</i> e evidências de todas as verificações; - Validação do trabalho técnico pela coordenadora do Núcleo e pela diretora da Unidade; - Todos os procedimentos foram validados pela Autoridade de Auditorias e pela Comissão Europeia, no âmbito do exercício de <i>Compliance Assessment</i> e posteriormente auditados pela AA. 	Garantir, em todas as circunstâncias, o cumprimento integral dos mecanismos de controlo interno identificados.	Direção da UC Coordenação do NCDD
Unidade de Controlo e Auditoria – UCA							
UCA/ NAFFC e NAFSE	Realizar o controlo das operações cofinanciadas pelo FEDER e FC, no âmbito do Acordo de Parceria, do QREN, do FC II e ainda no âmbito dos PO CTE, de iniciativas comunitárias do MFEEE e de outros instrumentos, iniciativas e programas para que a AD&C venha a ser designada para o exercício dessas funções.	Auditoria da amostra de operações no âmbito do FEDER/FC.	<ul style="list-style-type: none"> - Violação do dever de imparcialidade; - Violação do dever de isenção; - Conflitos de interesses. 	Fraco	<ul style="list-style-type: none"> - Trabalho de campo realizado por equipas e não por técnico individual; - Circuito e instrumentos de trabalho definidos no Manual de Procedimentos; - Revisão do trabalho de campo pelos coordenadores de Núcleo e pelo diretor da Unidade; - Atividade sujeita a auditorias regulares por entidades externas. 	Garantir, em todas as circunstâncias, o cumprimento integral dos mecanismos de controlo identificados.	Direção da UCA Coordenação do NAFFC e do NAFSE
		Realização de auditorias no âmbito do FC II, PO CTE, MF EEE e outros.					
		Auditoria da amostra de operações no âmbito do FSE.					
UCA/ NPPC	Intervir no processo de comunicação e acompanhamento dos casos de irregularidades no âmbito dos fundos da Política de Coesão.	Elaboração das fichas de CI resultantes das auditorias da Estrutura de Auditoria Segregada (EAS).	<ul style="list-style-type: none"> - Violação do dever de imparcialidade; - Violação do dever de isenção. 	Fraco	<ul style="list-style-type: none"> - Os procedimentos estão definidos em manuais de procedimentos; - O processo é sujeito a supervisão da IGF; - Todas as fichas são remetidas às AG e à AC. 	Garantir, em todas as circunstâncias, o cumprimento integral dos mecanismos de controlo identificados.	Direção da UCA Coordenação do NPPC
	Assegurar a participação da AD&C, nos grupos, comissões técnicas de auditoria ou, em geral, nas estruturas de articulação do sistema de auditoria e controlo dos Fundos da Política de Coesão e o relacionamento institucional com outras entidades de auditoria e controlo.	Participação em grupos, comissões técnicas de auditoria ou, em geral, nas estruturas de articulação do sistema de auditoria e controlo.	<ul style="list-style-type: none"> - Violação do dever de imparcialidade; - Violação do dever de isenção. 	Fraco	Participação de entidades diversas quer internamente, quer externamente.	Garantir, em todas as circunstâncias, o cumprimento integral dos mecanismos de controlo identificados.	Direção da UCA Coordenação do NPPC



Unidade / Núcleo	Atribuições	Principais Atividades	Riscos Identificados	Qualificação do Risco	Mecanismos de Controlo	Medidas Propostas	Responsável
Unidade de Controlo e Auditoria – UCA							
UCA/ NPPC	Acompanhamento das recomendações das auditorias a operações no âmbito do QREN e das respetivas correções financeiras.	Compilação das recomendações resultantes das auditorias em operações, avaliação do cumprimento das recomendações e circularização pelas AG.	<ul style="list-style-type: none"> - Violação do dever de imparcialidade; - Violação do dever de isenção. 	Fraco	<ul style="list-style-type: none"> - Validação da informação pela Autoridade de Auditoria; - A avaliação em causa é remetida às AG. 	Garantir, em todas as circunstâncias, o cumprimento integral dos mecanismos de controlo identificados.	Direção da UCA Coordenação do NPPC
Unidade de Coordenação do FEDER e Fundo de Coesão – UCFFC							
UCFFC / NCT	Promover a boa execução dos fundos nos programas operacionais de Cooperação Territorial Europeia.	Supervisão da qualidade do trabalho realizado pelos controladores externos.	Violação do dever de isenção.	Fraco	<ul style="list-style-type: none"> - Revisor Oficial de Contas (ROC) verifica as despesas incluídas em cada um dos pedidos de pagamento; - A Autoridade Nacional valida as despesas incluídas em cada um dos pedidos de pagamento; - Manual de procedimentos complementar aos manuais existentes para os diferentes programas; - <i>Checklist</i>; - Clara segregação de funções entre a verificação e a validação da despesa. 	Garantir, em todas as circunstâncias, o cumprimento integral dos mecanismos de controlo identificados.	Direção da UCFFC Coordenação do NCT
UCFFC/ NAP	Analisar as candidaturas e formular as propostas de operações a financiar no âmbito de contratos celebrados com o Banco Europeu de Investimento.	Análise dos pedidos de empréstimo para financiamento da contrapartida nacional dos investimentos apoiados no PT 2020, a apresentar à AD&C no âmbito do EQ BEI para o período do PT 2020.	Violação do dever de isenção.	Fraco	<ul style="list-style-type: none"> - Processo assente num SI específico para tratamento do EQ, com regras definidas em Manuais de Procedimentos; - Pedidos de afetação - empréstimos - são confirmados <i>ex post</i> pelo BEI. 	Garantir, em todas as circunstâncias, o cumprimento integral dos mecanismos de controlo identificados.	Direção da UCFFC Coordenação do NAP
Unidade de Gestão Financeira – UGF							
UGF/ NFF	Exercer o cumprimento das funções de pagamento dos fundos da Política de Coesão, incluindo períodos de programações anteriores e de outros instrumentos, programas ou iniciativas financeiras para que seja designada a AD&C.	Realizar a análise e validação dos pedidos de pagamento e pedidos de transferência para os Organismos Intermédios, submetidos pelas Autoridades de Gestão.	<ul style="list-style-type: none"> - Violação do dever de isenção; - Falsificação praticada por funcionário; - Conflitos de interesses. 	Fraco	<ul style="list-style-type: none"> - Atividades desenvolvidas com base em SI – Sistema de Informação da Entidade Pagadora; - Segregação de funções; - Procedimentos definidos em manual; - Nas situações em que não possa haver lugar à verificação automática da coerência NIF/NIB dos beneficiários junto do IGCP, foi criado um procedimento manual com vista a mitigar o risco de falsificação de dados por parte das AG. 	- Garantir, em todas as circunstâncias, o cumprimento integral dos mecanismos de controlo identificados.	Direção da Unidade Coordenação do NFF
		Verificar a coerência de informação remetida pelas AG nas situações em que é necessária a validação manual do binómio NIF/NIB.	<ul style="list-style-type: none"> - Falsificação praticada por funcionário; - Conflitos de interesses. 	Fraco			



Unidade / Núcleo	Atribuições	Principais Atividades	Riscos Identificados	Qualificação do Risco	Mecanismos de Controlo	Medidas Propostas	Responsável
Unidade de Gestão Financeira – UGF							
UGF/ NFF	Assegurar os fluxos financeiros relativos aos fundos da Política de Coesão, incluindo as transferências com a Comissão Europeia e o pagamento aos beneficiários das operações.	Monitorizar e gerir as contas tituladas pela AD&C relativas aos Fundos da Política de Coesão.	<ul style="list-style-type: none"> - Violação do dever de isenção; - Conflitos de interesses. 	Fraco	<ul style="list-style-type: none"> - Atividades desenvolvidas com base em SIEP e SIFSE; - Segregação de funções; - Procedimentos definidos em manual. 	Garantir, em todas as circunstâncias, o cumprimento integral dos mecanismos de controlo identificados.	Direção da Unidade Coordenação do NFF
	Assegurar a gestão da contrapartida nacional associada à utilização dos fundos da Política de Coesão, inscrita no orçamento do Estado ou no orçamento da Segurança Social.	Assegurar a tramitação processual para efeito do pagamento da contrapartida nacional pelos PO, quando aplicável.					
	Assegurar as relações com o sistema bancário e com o IGCP e com a DGO.	Apurar informação relativa a fluxos financeiros relativos aos Fundos da Política de Coesão para efeitos de prestação de informação.	<ul style="list-style-type: none"> - Falsificação praticada por funcionário. - Conflitos de interesses. 	Fraco	<ul style="list-style-type: none"> - Apuramento a partir de dados com base em SIEP e SIFSE; - Segregação de funções. 	Garantir, em todas as circunstâncias, o cumprimento integral dos mecanismos de controlo identificados.	
	Assegurar os procedimentos relativos à devolução/ restituição dos apoios concedidos pelos fundos da Política de Coesão e ainda pelos programas do MFEE ou outros instrumentos, programas ou iniciativas financeiras para que a Agência seja designada com funções de entidade pagadora, designadamente por via da compensação através de pedidos de pagamento	Sistematizar os elementos necessários para efeitos de devolução/ restituição de verbas indevidamente recebidas e realizar a recuperação por compensação através de pedidos de pagamento.	<ul style="list-style-type: none"> - Violação do dever de isenção e prossecução do interesse público; - Conflitos de interesses. - Falsificação praticada por funcionário 	Fraco	<ul style="list-style-type: none"> - Atividades desenvolvidas com base em SIEP/SCD e SIFSE; - Segregação de funções. 	Garantir, em todas as circunstâncias, o cumprimento integral dos mecanismos de controlo identificados.	
UGF/ NPF	Desenvolver as verificações de suporte à regularidade dos pagamentos aos beneficiários e às transferências para as AG e os OI.	Reverificar, por amostragem, os procedimentos de monitorização e gestão das contas tituladas pela AD&C relativas aos Fundos da Política de Coesão da responsabilidade do NFF.	<ul style="list-style-type: none"> - Falsificação praticada por funcionário; - Conflitos de interesses. 	Fraco	<ul style="list-style-type: none"> - Segregação de funções. 	Mecanismo de controlo interno que visa mitigar o risco de falsificação de dados por parte das AG e por técnicos da UGF.	



Unidade / Núcleo	Atribuições	Principais Atividades	Riscos Identificados	Qualificação do Risco	Mecanismos de Controlo	Medidas Propostas	Responsável
Unidade de Gestão Financeira – UGF							
UGF/ NPF	Preparar a contratação dos financiamentos, disponibilizar às entidades mutuárias os montantes dos financiamentos e assegurar a gestão do serviço da dívida, nos casos em que a AD&C seja designada para exercer tais funções.	Garantir os procedimentos de contratação dos empréstimos reembolsáveis do BEI	<ul style="list-style-type: none"> - Violação do dever de isenção; - Conflitos de interesses. 	Fraco	<ul style="list-style-type: none"> - Atividades desenvolvidas com base em sistemas de informação específicos (SI QREN-EQ e SIGC) - Segregação de funções; - Procedimentos definidos em manual. 	Melhoria de procedimentos a incluir em próxima revisão do manual e em SI QREN-EQ e SIGC	
	Formular previsões relativas aos fluxos financeiros, bem como analisar, acompanhar e manter atualizados e sistematizados os elementos respeitantes a esses fluxos.	Sistematizar os elementos necessários ao acompanhamento regular de fluxos financeiros, avaliando necessidades de acordo com as perspetivas de pedidos e recebimentos da CE.	<ul style="list-style-type: none"> - Violação do dever de isenção; - Conflitos de interesses. 	Fraco	<ul style="list-style-type: none"> - Segregação de funções. 	Garantir, em todas as circunstâncias, o cumprimento integral dos mecanismos de controlo identificados.	
	Assegurar os procedimentos necessários à recuperação de créditos a cargo da Agência, I.P. por reposição voluntária e instruir os processos para efeito da recuperação por via coerciva.	Acompanhar os processos de recuperação voluntária, emissão de guias de reposição e formulação de plano prestacional, quando aplicável.	<ul style="list-style-type: none"> - Tráfico de influência; - Violação do dever de isenção; - Conflitos de interesses. 	Fraco	<ul style="list-style-type: none"> - Atividades desenvolvidas com base em SIEP/SCD e SIFSE; - Segregação de funções. 	Garantir, em todas as circunstâncias, o cumprimento integral dos mecanismos de controlo identificados.	
UGF/ NFF e NPF	Reportar anualmente ao Tribunal de Contas os créditos com origem na concessão de empréstimos ou execução de garantias prestadas, bem como de aplicações financeiras (Instrução n.º 1/2008).	Recolher e sistematizar a informação relativa a empréstimos e aplicações financeiras.	<ul style="list-style-type: none"> - Violação do dever de isenção; - Conflitos de interesses. 	Fraco	<ul style="list-style-type: none"> - Atividade desenvolvida com base em SIEP e SI QREN-EQ. 	Garantir, em todas as circunstâncias, o cumprimento integral dos mecanismos de controlo identificados.	Direção da Unidade Coordenação do NFF e do NPF



Unidade / Núcleo	Atribuições	Principais Atividades	Riscos Identificados	Qualificação do Risco	Mecanismos de Controlo	Medidas Propostas	Responsável
Unidade de Gestão Institucional – UGI							
UGI/ NGRH	Efetuar a gestão dos recursos humanos da AD&C.	Gestão dos processos de recrutamento e seleção.	- Violação do dever de imparcialidade; - Violação do dever de isenção.	Fraco	- Existência de vários níveis de validação e decisão; - Nomeação de júris diferenciados para os diferentes concursos; - Publicitação de todos os documentos de concurso; - Documento matriz com instruções específicas para todo o processo para os júris.	- Sensibilização para as consequências de corrupção; - Declaração de isenção dos membros dos júris; - Implementação de ações de controlo interno para verificação de procedimentos administrativos nos processos de deslocações, nomeadamente no processamento de ajudas de custo; - Garantir, em todas as circunstâncias, o cumprimento integral dos mecanismos de controlo identificados.	Direção da UGI Coordenação NGRH
		Processamento da Assiduidade.					
		Processamento de Vencimentos e Ajudas de Custo.	Violação do dever de zelo. (Incumprimento procedimentos)	Moderado	Introdução de um nível de validação, por amostragem, no que respeita às ajudas de custo.	Garantir, em todas as circunstâncias, o cumprimento integral dos mecanismos de controlo interno identificados	
	Assegurar a coordenação e o desenvolvimento dos processos de avaliação de desempenho.	Promoção da nomeação do CCA.	- Violação do dever de imparcialidade; - Violação do dever de isenção.	Fraco	- Gestão do processo apoiada no CCA; - Decisões sujeitas sempre a validação por diferentes níveis hierárquicos previamente à sua operacionalização.	Garantir, em todas as circunstâncias, o cumprimento integral dos mecanismos de controlo interno identificados.	
		Gestão de todo o processo de avaliação.					
		Coordenação da recolha de fichas de avaliação de todos os avaliadores.					
	Preparação da informação a ser presente a Conselho Diretivo.						



Unidade / Núcleo	Atribuições	Principais Atividades	Riscos Identificados	Qualificação do Risco	Mecanismos de Controlo	Medidas Propostas	Responsável
Unidade de Gestão Institucional – UGI							
UGI/ NRFP	Assegurar a gestão financeira, a contabilidade orçamental e patrimonial, arrecadar as receitas e processar e liquidar as despesas inerentes ao exercício da atividade da AD&C.	Assegurar a gestão financeira – contabilidade geral e analítica tesouraria.	<ul style="list-style-type: none"> - Violação do dever de imparcialidade; - Violação do dever de isenção. 	Fraco	<ul style="list-style-type: none"> - Segregação de funções internas do NRFP definida a nível de procedimentos internos – cabimentos, verificação de contratação pública, processamentos e pagamentos; - Consolidação de elementos financeiros, conciliação de contas; - Cruzamento da contabilidade orçamental e patrimonial; - Implementação de uma política de ausência de conflito de interesses - Verificação e controlo interno da integralidade dos dados; - Promover o controlo trimestral por Fiscal Único. 	Garantir, em todas as circunstâncias, o cumprimento integral dos mecanismos de controlo identificados.	Direção da UGI Coordenação NRFP
		Arrecadar as receitas e processar e liquidar as despesas inerentes ao exercício da atividade da AD&C.					
	Gerir o património da AD&C e o que lhe estiver afeto, mantendo atual o seu inventário.	Assegurar a gestão do património da AD&C (CIBE, gestão do economato, manutenção das instalações), bem como a manutenção e atualização do seu inventário.	Desvio de bens.	Moderado	<ul style="list-style-type: none"> - Segregação de funções internas do NRFP definida a nível de procedimentos internos – cabimentos, verificação de contratação pública, processamentos e pagamentos; - Consolidação de elementos financeiros, conciliação de contas; - Cruzamento da contabilidade orçamental e patrimonial; - Implementação de uma política de ausência de conflito de interesses. 	<ul style="list-style-type: none"> - Implementação de medidas de controlo sistemático de património e inventário; - Normalização de procedimentos em Norma/Manual; - Segregação de funções no economato. 	



Unidade / Núcleo	Atribuições	Principais Atividades	Riscos Identificados	Qualificação do Risco	Mecanismos de Controlo	Medidas Propostas	Responsável
Unidade de Sistemas de Informação – USI							
USI/ NGRT, NSIAP e NSIFSE	Desenvolver, implementar e manter atualizados os Sistemas de Informação necessários à aplicação dos fundos da Política de Coesão, do MFEEE e de outros instrumentos, programas ou iniciativas financeiras para que a AD&C venha a ser designada, assegurando a sua operacionalidade em todas as fases do ciclo de operação das candidaturas à avaliação de resultados.	Implementação e desenvolvimento do SI do Portugal 2020.	<ul style="list-style-type: none"> - Violação do dever de imparcialidade; - Violação do dever de isenção. 	Fraco	<ul style="list-style-type: none"> - Gestão do projeto com mecanismos definidos – relatórios de progresso, <i>workflow</i> bem definido, reuniões de pilotagem e <i>sponsoring</i> pelo CD; - Projetos envolvem, em regra, outras unidades orgânicas da AD&C. 	Garantir, em todas as circunstâncias, o cumprimento integral dos mecanismos de controlo interno identificados.	Direção da USI Coordenação do NGRT, do NSIAP e do NSIFSE
USI/ NSIAP	Assegurar a implementação e desenvolvimento do portal de acesso aos fundos europeus estruturais e de investimento – Balcão 2020.	Implementação e desenvolvimento do Balcão 2020.	<ul style="list-style-type: none"> - Violação do dever de imparcialidade; - Violação do dever de isenção. 	Fraco	Gestão de processo implementado.	Garantir, em todas as circunstâncias, o cumprimento integral dos mecanismos de controlo identificados.	Direção da USI Coordenação do NSIAP
Núcleo de Apoio Jurídico e Contencioso – NAJC							
NAJC	Promover, em articulação com a UGF, a recuperação, por via coerciva, dos créditos das entidades beneficiárias.	Elaboração de certidões de dívida, promoção e instrução dos processos de cobrança coerciva.	<ul style="list-style-type: none"> - Violação do dever de prossecução do interesse público; - Violação do dever de imparcialidade; - Violação do dever de isenção. 	Fraco	<ul style="list-style-type: none"> - Registo documental; - Monitorização interna dos processos de execução fiscal desde a distribuição até à saída para o Serviço de Finanças competente; - Registo da informação em base de dados e comunicação às Autoridades de Gestão e UGF. 	<ul style="list-style-type: none"> - Concluir os processos de implementação das ferramentas informáticas em desenvolvimento; - Implementação de ações periódicas de controlo interno; - Garantir, em todas as circunstâncias, o cumprimento integral dos mecanismos de controlo identificados. de controlo interno. 	Coordenação do NAJC
	Assegurar a implementação e reforço dos mecanismos suscetíveis de prevenir e reduzir o risco associado à gestão dos projetos e garantir o adequado funcionamento do Sistema de Gestão e Controlo.	Elaboração de pareceres, análise e tratamento de queixas, denúncias ou outras situações indiciadoras de irregularidades.	<ul style="list-style-type: none"> - Violação do dever de imparcialidade; - Violação do dever de isenção. 	Fraco	<ul style="list-style-type: none"> - Registo documental; - Monitorização interna dos registos; - Comunicação às Autoridades de Gestão e à UCA; - Ações periódicas de controlo interno. 	Garantir, em todas as circunstâncias, o cumprimento integral dos mecanismos de controlo identificados.	
		Elaboração de ofícios-circulares, orientações e pareceres.					



Unidade / Núcleo	Atribuições	Principais Atividades	Riscos Identificados	Qualificação do Risco	Mecanismos de Controlo	Medidas Propostas	Responsável
Núcleo de Apoio Jurídico e Contencioso – NAJC							
NAJC	Participar na elaboração de projetos normativos de enquadramento da intervenção nacional dos fundos e emitir pareceres e prestar informações sobre as questões de natureza jurídica, incluindo as suscitadas no âmbito das atividades da AD&C.	Preparação de projetos de diplomas legais e outros documentos de natureza normativa.	<ul style="list-style-type: none"> - Violação do dever de imparcialidade; - Violação do dever de isenção. 	Fraco	<ul style="list-style-type: none"> - Atuação submetida ao princípio da legalidade e dever de fundamentação dos atos administrativos; - Decisões sujeitas sempre a validação por diferentes níveis hierárquicos previamente à sua operacionalização - O registo documental, a gestão de processos e a sua monitorização constituem mecanismos de controlo interno; - Ações periódicas de controlo interno. 	Garantir, em todas as circunstâncias, o cumprimento integral dos mecanismos de controlo identificados.	Coordenação do NAJC
	Participar na análise e preparação de projetos de diplomas legais relacionados com a atividade da AD&C, procedendo aos necessários estudos jurídicos, bem como na elaboração de circulares, regulamentos, minutas de contratos ou outros documentos de natureza normativa do âmbito da AD&C.	Preparação de projetos de diplomas legais, regulamentos, orientações, minutas de contratos e outros documentos de natureza normativa.					
	Proceder à instrução de processos de averiguações, de inquérito e disciplinares, por determinação do Conselho Diretivo.	Instrução de processos de averiguações, de inquérito e disciplinares.					
	Assegurar a informação sobre a idoneidade e eventual existência de dívidas das entidades titulares de pedidos de financiamento.	Elaboração de pareceres a instruir os procedimentos em sede de atribuição dos códigos de idoneidade impeditivos ou restritivos do acesso a apoios dos Fundos da Política de Coesão.					
		Manter atualizada a informação sobre eventual existência de dívidas aos Fundos da Política de Coesão, nas bases de dados da AD&C.	<ul style="list-style-type: none"> - Violação do dever de imparcialidade; - Violação do dever de isenção. 	Fraco	<ul style="list-style-type: none"> - Registo documental; - Monitorização interna dos registos, designadamente para verificação do cumprimento dos prazos e formalidades; - Verificação e controlo pela coordenação do núcleo; - Registo da informação em base de dados e comunicação às Autoridades de Gestão, UCA e UGF. 	<ul style="list-style-type: none"> - Concluir os processos de implementação das ferramentas informáticas em desenvolvimento; - Implementação de ações periódicas de controlo interno; - Garantir, em todas as circunstâncias, o cumprimento integral dos mecanismos de controlo identificados. de controlo interno. 	



Unidade / Núcleo	Atribuições	Principais Atividades	Riscos Identificados	Qualificação do Risco	Mecanismos de Controlo	Medidas Propostas	Responsável
Núcleo de Apoio Jurídico e Contencioso – NAJC							
NAJC	Assegurar o acompanhamento dos processos em tribunal, sem prejuízo da representação da AD&C, pelo Ministério Público.	Assegurar, nos termos do mandato conferido pelo Conselho Diretivo, o patrocínio judicial da AD&C em processos a correr em tribunal, no âmbito do contencioso administrativo, tributário, civil e penal.	<ul style="list-style-type: none"> - Violação do dever de imparcialidade; - Violação do dever de isenção. 	Fraco	<ul style="list-style-type: none"> - Registo documental; - Monitorização interna dos processos de contencioso, verificação do cumprimento dos prazos de formalidades; - Verificação e controlo pela coordenação do núcleo; - Ações periódicas de controlo interno 	Garantir, em todas as circunstâncias, o cumprimento integral dos mecanismos de controlo identificados.	Coordenação do NAJC
Núcleo de Contratação Pública e Auxílios de Estado – NCPAE							
NCPAE	Registo central <i>de minimis</i> e controlo da acumulação de apoios.	<p>Controlo da regularidade do limite de acumulação de auxílios <i>de minimis</i>, mediante registo e controlo de acumulação destes auxílios no Registo Central de Auxílios <i>de Minimis</i>.</p> <p>Análise do enquadramento de instrumentos de apoios às empresas no âmbito do Registo Central de Auxílios <i>de Minimis</i>.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Violação do dever de imparcialidade. - Violação do dever de isenção. 	Fraco	<ul style="list-style-type: none"> - Controlo cruzado das listagens de empresas beneficiárias com as entidades responsáveis pela concessão dos apoios; - Atividade suportada por aplicação informática que impede o apagamento de registos; - Administração da aplicação assegurada pela USI. 	Garantir, em todas as circunstâncias, o cumprimento integral dos mecanismos de controlo identificados.	Coordenação do NCPAE



4.2. Áreas onde se identifica genericamente o risco de contratação pública

A área da contratação pública, identificada como área de risco pelo CPC, é uma área transversal que, pela razão mencionada, merece ser tratada em ponto específico.

Nos processos de contratação de bens e serviços intervêm todas as Unidades da AD&C com necessidades de aquisição de serviços externos, no quadro das suas atividades.

Por deliberação de 1 de abril de 2014, o Conselho Diretivo aprovou a constituição do Núcleo de Contratação Pública e Auxílios de Estado (NCPAE), o qual tem como atribuição «assegurar o apoio das restantes unidades da AD&C em matéria de contratação pública», competência que se materializa na preparação das peças jurídicas e no acompanhamento dos procedimentos de contratação desencadeados pelas unidades orgânicas.

Para além da verificação formal dos procedimentos, este núcleo desenvolve atividades no sentido de promover o reforço da divulgação de orientações sobre o tema da contratação pública para as unidades orgânicas, de que é exemplo a Nota NCPAE de 5/12/2014 «Entendimento Interpretativo – Boas Práticas a Observar no Procedimento por Ajuste Direto».

A AD&C dispõe assim de mecanismos de controlo que permitem assegurar a regularidade dos procedimentos e contratação pública na conformidade com a lei em vigor, nomeadamente através existência de procedimentos específicos, devidamente estabelecidos e normalizados no Manual de Procedimentos de Aquisição de Bens e Serviços e Ajudas de Custo, que normaliza todos os procedimentos nesta matéria e define claramente todos os passos deste processo bem como os seus intervenientes, nomeadamente o Núcleo de Contratação Pública e Auxílios de Estado.

Ainda na perspetiva da cabimentação da despesa, a Unidade de Gestão Institucional, responsável pelo processo, analisa a regularidade da despesa e procedimentos inerentes e, na sua qualidade de beneficiário da assistência técnica desenvolve atividades de controlo da conformidade dos procedimentos e da despesa na fase de instrução dos respetivos pedidos de reembolso.



Identificação dos riscos de corrupção e infrações conexas por áreas de atividade³

Unidade / Núcleo	Atribuições	Principais Atividades	Riscos Identificados	Qualificação do Risco	Mecanismos de Controlo	Medidas Propostas	Responsável
Unidade de Coordenação da Política Regional – UPR							
UPR/ NAAP	Colaborar na formulação da política de desenvolvimento regional, em matérias transversais e de relevância para o Acordo de Parceria.	<ul style="list-style-type: none">- Assegurar o acompanhamento estratégico em domínios temáticos e transversais e de macro formulação política do Portugal 2020;- Coordenar e dinamizar análises e reflexões sobre as intervenções estruturais para o crescimento e emprego e sobre a política de coesão europeia em matérias transversais de relevo para o PT 2020;- Elaborar contributos para o acompanhamento da Estratégia Europa 2020;- Elaborar contributos para os instrumentos de reporte da AD&C, no âmbito de intervenção de acompanhamento estratégico em domínios de macro formulação política do Portugal 2020.	<ul style="list-style-type: none">- Violação do dever de imparcialidade;- Violação do dever de isenção.	Fraco	Procedimentos específicos do âmbito da Contratação pública, devidamente estabelecidos e normalizados no Manual de Procedimentos de Aquisição de Bens e Serviços e Ajudas de Custo.	Garantir, em todas as circunstâncias, o cumprimento integral dos mecanismos de controlo identificados.	Direção da UPR Coordenação do NAAP
	Contribuir para a definição das linhas gerais de aplicação dos fundos europeus estruturais e de investimento, apoiando designadamente os exercícios de programação e reprogramação das intervenções cofinanciadas.						
	Assegurar a coordenação e suporte técnico aos processos de programação e reprogramação dos fundos europeus estruturais e de investimento.						

³ Apenas são evidenciadas neste quadro as áreas de atividade para as quais foram identificados riscos.



Unidade / Núcleo	Atribuições	Principais Atividades	Riscos Identificados	Qualificação do Risco	Mecanismos de Controlo	Medidas Propostas	Responsável
Unidade de Coordenação da Política Regional – UPR							
UPR/ NAAP	<p>Assegurar a monitorização da execução dos investimentos cofinanciados inscritos nos Planos de Investimento, garantindo a articulação entre os fundos europeus e os recursos nacionais, nomeadamente no quadro da programação orçamental plurianual e da mobilização da contrapartida nacional dos investimentos cofinanciados por fundos europeus.</p> <p>Identificar e promover análises relevantes sobre as intervenções estruturais para o crescimento e o emprego e sobre a política de coesão europeia, em matérias transversais e de relevância para o Acordo de Parceria.</p> <p>Coordenar e centralizar as interações de âmbito estratégico com os serviços da CE, ao nível do Acordo de Parceria 2014-2020.</p>	<ul style="list-style-type: none"> Elaborar contributo para o PNR/ Semestre Europeu; Elaborar o quadro de programação orçamental plurianual e da mobilização da contrapartida nacional (entidades do perímetro orçamental); Acompanhar o enquadramento macroeconómico enquadrador da aplicação das iniciativas de financiamento europeias Elaborar os relatórios de verificação do cumprimento do princípio da adicionalidade Acompanhar os programas e iniciativas comunitárias em articulação e complementaridade com o PT2020. 	<ul style="list-style-type: none"> Violação do dever de imparcialidade; Violação do dever de isenção. 	Fraco	Procedimentos específicos do âmbito da Contratação pública, devidamente estabelecidos e normalizados no Manual de Procedimentos de Aquisição de Bens e Serviços e Ajudas de Custo.	Garantir, em todas as circunstâncias, o cumprimento integral dos mecanismos de controlo identificados.	Direção da UPR Coordenação do NAAP
UPR/ NEPT	<p>Colaborar na formulação da política de desenvolvimento regional, designadamente através do desenvolvimento de estudos territoriais e do apoio à conceção e implementação de medidas de promoção do desenvolvimento territorial e da coesão económica e social.</p> <p>Identificar e promover análises relevantes sobre a incidência territorial das intervenções estruturais para o crescimento e o emprego e sobre a política de coesão europeia, contribuindo para a participação de Portugal nos fora internacionais sobre política regional, designadamente no âmbito da UE e da OCDE.</p> <p>Colaborar na formulação de instrumentos de base territorial e de contratos-programa entre as autoridades de gestão dos fundos europeus estruturais e de investimento e entidades públicas ou privadas.</p>	<ul style="list-style-type: none"> Coordenação do 1º Relatório do Desenvolvimento & Coesão (RD&C); Coordenar e dinamizar investigações, análises e reflexões sobre as políticas de desenvolvimento regional e o futuro da Política de Coesão europeia (<i>Working Papers</i> e <i>Cadernos Temáticos</i>); Monitorização e avaliação dos instrumentos territoriais do Portugal 2020, em articulação com os principais atores do território; Coordenar, dinamizar e apoiar tecnicamente a Rede de Dinâmicas Regionais; Monitorização e acompanhamento das EREI e da sua articulação com a ENEI; Dinamizar sessões de reflexão estratégica e de capacitação de atores internos e externos (INFormação e seminários); Participação em congressos, seminários e eventos similares para divulgação e qualificação do trabalho do NEPT. 	<ul style="list-style-type: none"> Violação do dever de imparcialidade; Violação do dever de isenção. 	Fraco	Procedimentos específicos do âmbito da Contratação pública, devidamente estabelecidos e normalizados no Manual de Procedimentos de Aquisição de Bens e Serviços e Ajudas de Custo.	Garantir, em todas as circunstâncias, o cumprimento integral dos mecanismos de controlo identificados.	Direção da UPR Coordenação do NEPT



Unidade / Núcleo	Atribuições	Principais Atividades	Riscos Identificados	Qualificação do Risco	Mecanismos de Controlo	Medidas Propostas	Responsável
Unidade de Coordenação da Política Regional – UPR							
UPR/ NEPT	Colaborar com outros serviços e entidades com vista ao desenvolvimento da informação estatística de base regional.	– Elaborar contributos para os instrumentos de reporte da AD&C ou conforme solicitações da CIC, no âmbito do acompanhamento e avaliação das abordagens integradas para o desenvolvimento territorial do Portugal 2020 e de outras políticas publicas territorializáveis; – Participar nos fóruns nacionais e internacionais (OCDE, EoRPA, COM, etc.) sobre políticas públicas de desenvolvimento territorial e assegurar a divulgação dos seus produtos; – Participar na SPEBT no âmbito do Conselho Superior de Estatística, incluindo a definição de necessidades de informação estatística de base regional.	– Violação do dever de imparcialidade; – Violação do dever de isenção.	Fraco	Procedimentos específicos do âmbito da Contratação pública, devidamente estabelecidos e normalizados no Manual de Procedimentos de Aquisição de Bens e Serviços e Ajudas de Custo.	Garantir, em todas as circunstâncias, o cumprimento integral dos mecanismos de controlo identificados.	Direção da UPR Coordenação do NEPT
	Acompanhar a elaboração dos relatórios de aferição do cumprimento do princípio da adicionalidade, associado à implementação dos fundos comunitários.						
	Promover uma forte articulação com as atividades de estudos e análises desenvolvidas pelas Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional.						
Unidade de Avaliação e Monitorização Estratégica – UAME							
UAME/ NA	Promover a prossecução das prioridades estratégicas definidas para a aplicação dos FEEL, através da avaliação dos seus resultados.		– Violação do dever de imparcialidade. – Violação do dever de isenção.	Fraco	Procedimentos específicos do âmbito da Contratação pública, estabelecidos e normalizados no Manual de Procedimentos de Aquisição de Bens e Serviços.	Garantir, em todas as circunstâncias, o cumprimento integral dos mecanismos de controlo identificados.	Direção da UAME Coordenação NA
	Promover a realização de ações de formação e disseminação de conhecimento, tendo em vista o desenvolvimento de competências e a capacitação da administração pública em matéria de avaliação de políticas e programas.						
	Coordenar a implementação do plano global de avaliação dos FEEL, acompanhando a preparação, lançamento e execução dos exercícios de avaliação aí previstos.						
	Promover a realização de estudos de avaliação na perspetiva da contribuição dos FEEL, em particular dos fundos da Política de Coesão, para a concretização dos objetivos estratégicos comunitários e nacionais.						



Unidade / Núcleo	Atribuições	Principais Atividades	Riscos Identificados	Qualificação do Risco	Mecanismos de Controlo	Medidas Propostas	Responsável
Unidade de Avaliação e Monitorização Estratégica – UAME							
UAME/ NM	Monitorizar a articulação entre os FEEI e outros instrumentos e políticas comunitárias, na perspetiva de potenciar as sinergias entre ambos.		- Violação do dever de imparcialidade. - Violação do dever de isenção.	Fraco	Procedimentos específicos do âmbito da Contratação pública, estabelecidos e normalizados no Manual de Procedimentos de Aquisição de Bens e Serviços.	Garantir, em todas as circunstâncias, o cumprimento integral dos mecanismos de controlo identificados.	Direção da UAME Coordenação NM
	Desenvolver os instrumentos regulares de reporte sobre a implementação dos FEEI.						
	Promover a prossecução das prioridades estratégicas definidas para a aplicação dos FEEI, através do acompanhamento sistemático das políticas cofinanciadas.						
Unidade de Controlo e Auditoria – UCA							
UCA/ NAFFC	Realizar o controlo das operações cofinanciadas pelo FEDER e FC, no âmbito do Acordo de Parceria, do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), do FC II e ainda no âmbito dos PO CTE, de iniciativas comunitárias do MFEEE e de outros instrumentos, iniciativas e programas para que a Agência venha a ser designada para o exercício dessas funções.	Iniciativa e participação no processo de contratação de auditores externos.	- Violação do dever de imparcialidade. - Violação do dever de isenção.	Fraco	Procedimentos específicos do âmbito da Contratação pública, estabelecidos e normalizados no Manual de Procedimentos de Aquisição de Bens e Serviços.	Garantir, em todas as circunstâncias, o cumprimento integral dos mecanismos de controlo identificados.	Direção UCA Coordenação NAFFC
UCA /NAFSE	Realizar o controlo das operações cofinanciadas pelo FSE, no âmbito do Acordo de Parceria, do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), do Programa Quadro Solidariedade e Gestão dos Fluxos Migratórios (SOLID), do Fundo Asilo e Imigração (FAI), do Fundo Europeu da Globalização (FEG) e de outros instrumentos, iniciativas e programas para que a Agência venha a ser designada para o exercício dessas funções.	Iniciativa e participação no processo de contratação de auditores externos.	- Violação do dever de imparcialidade. - Violação do dever de isenção.	Fraco	Procedimentos específicos do âmbito da Contratação pública, estabelecidos e normalizados no Manual de Procedimentos de Aquisição de Bens e Serviços.	Garantir, em todas as circunstâncias, o cumprimento integral dos mecanismos de controlo identificados	Direção UCA Coordenação NAFSE



Unidade / Núcleo	Atribuições	Principais Atividades	Riscos Identificados	Qualificação do Risco	Mecanismos de Controlo	Medidas Propostas	Responsável
Unidade de Gestão Institucional – UGI							
UGI/ NRFP	Promover as aquisições necessárias ao funcionamento da AD&C.	Gestão de contratos: acompanhamento permanente dos contratos existentes, nomeadamente, assegurar a manutenção de serviços, solicitação de manutenção e assistência técnica de equipamentos e entidades com as quais existem contratos de manutenção.	<ul style="list-style-type: none"> - Violação do dever de imparcialidade. - Violação do dever de isenção. 	Fraco	<ul style="list-style-type: none"> - Procedimentos específicos da Contratação Pública definidos no Manual de Procedimentos de Aquisição de Bens e Serviços e Ajudas de Custo; - Vários níveis de controlo; - Rotação dos Júris; - Sistematização da gestão de contratos em plataforma/ sistema próprio. 	<ul style="list-style-type: none"> - Implementação de ações de verificação de procedimentos administrativos nos processos de aquisições de bens e serviços; - Garantir, em todas as circunstâncias, o cumprimento integral dos mecanismos de controlo identificados. 	Direção da UGI Coordenação NRFP
Unidade de Sistemas de Informação – USI							
USI/ NGRT, NSIAP e NSIFSE	Desenvolver, implementar e manter atualizados os Sistemas de Informação (SI) necessários à aplicação dos fundos da Política de Coesão, do MFEED e de outros instrumentos, programas ou iniciativas financeiras para que a AD&C venha a ser designada, assegurando a sua operacionalidade em todas as fases do ciclo de operação das candidaturas à avaliação de resultados.	Implementação e desenvolvimento do SI do Portugal 2020.	<ul style="list-style-type: none"> - Violação do dever de imparcialidade. - Violação do dever de isenção. 	Fraco	Procedimentos específicos da Contratação Pública definidos no Manual de Procedimentos de Aquisição de Bens e Serviços e Ajudas de Custo	Garantir, em todas as circunstâncias, o cumprimento integral dos mecanismos de controlo identificados.	Direção da USI
USI/ NGRT	Assegurar a gestão, manutenção e atualização das plataformas física e tecnológica e das redes de comunicação do domínio da AD&C.	Contratação de serviços.	<ul style="list-style-type: none"> - Violação do dever de imparcialidade. - Violação do dever de isenção. 	Fraco	<ul style="list-style-type: none"> - Levantamento de necessidades e definição das características técnicas; - Procedimentos específicos do âmbito da Contratação pública, estabelecidos e normalizados no Manual de Procedimentos de Aquisição de Bens e Serviços. 	Garantir, em todas as circunstâncias, o cumprimento integral dos mecanismos de controlo identificados.	Direção da USI Coordenação do NGRT



Unidade / Núcleo	Atribuições	Principais Atividades	Riscos Identificados	Qualificação do Risco	Mecanismos de Controlo	Medidas Propostas	Responsável
Núcleo de Comunicação e Documentação – NCD							
NCD	Definir e coordenar a aplicação da estratégia de comunicação dos Fundos da Política de Coesão.	Desenvolver e divulgar o portal do Portugal 2020.	<ul style="list-style-type: none">- Violação do dever de imparcialidade.- Violação do dever de isenção.	Fraco	Procedimentos específicos do âmbito da Contratação pública, estabelecidos e normalizados no Manual de Procedimentos de Aquisição de Bens e Serviços.	Garantir, em todas as circunstâncias, o cumprimento integral dos mecanismos de controlo identificados.	Coordenação do NCD
	Assegurar a promoção da imagem institucional da AD&C.	Garantir o desenvolvimento do <i>site</i> da AD&C.					
	Coordenar a estratégia de comunicação interna da AD&C.	Realizar um encontro de colaboradores com vista à coesão e alinhamento interno.					



4.3. Áreas de resposta

Para além dos vários instrumentos de controlo interno identificados por atividade nas áreas anteriormente descritas, são de destacar alguns mecanismos específicos já adotados e a implementar no sentido de mitigar eventuais riscos e que correspondem a áreas específicas de resposta a estas matérias.

A criação de um núcleo específico para tratar a matéria de contratação pública, conforme referido no ponto anterior, testemunha não só o relevo que esta atividade tem no seio das funções da AD&C, mas também a importância dada à sua adequada gestão, na medida em que corresponde à implementação de uma medida de controlo interno que visa assegurar, de forma transversal, a regularidade dos procedimentos.

Igualmente, as atividades do Núcleo do Planeamento e Gestão da Qualidade no âmbito da promoção da implementação de mecanismos e ferramentas de melhoria dos serviços, nomeadamente a implementação de um Sistema de Gestão da Qualidade, ou nas suas competências de avaliação sistemática de procedimentos e sistemas internos, bem como de controlo da sua conformidade e eficácia, constituem mecanismos de reforço do controlo interno.

Ainda a Unidade de Sistemas de Informação, na definição e implementação de regras e procedimentos de segurança dos SI do domínio da AD&C, de acordo com os padrões regulamentares, designadamente na integridade, propriedade e sigilo dos dados e na fiabilidade das comunicações, concorrem para este mesmo objetivo.

Unidade / Núcleo	Atribuições	Principais Atividades
Núcleo de Contratação Pública e Auxílios de Estado – NCPAE		
NCPAE	Divulgação de regras de contratação pública e política de concorrência às AG dos Fundos de Política de Coesão.	Atividades no sentido de promover o reforço da divulgação de orientações sobre o tema da contratação pública tanto internamente, como externamente, junto das AG.
	Apoio às Unidades Orgânicas em matéria de contratação pública.	Atividades de apoio interno específico sobre o tema da contratação pública no âmbito da realização de procedimentos de aquisição de serviços por parte das unidades orgânicas.
Núcleo de Planeamento e Gestão da Qualidade – NPGQ		
NPGQ	Contribuir para a melhoria dos procedimentos internos.	Promover a implementação de mecanismos e ferramentas de melhoria dos serviços, nomeadamente a implementação de um Sistema de Gestão da Qualidade.
	Proceder à avaliação sistemática de procedimentos e sistemas internos, bem como ao controlo da sua conformidade e eficácia.	Promover a implementação e monitorização do Plano de Gestão dos Riscos de Prevenção e Infrações Conexas.
Unidade de Sistemas de Informação – USI		
USI /NGRT	Definir e implementar as regras e procedimentos de segurança dos SI do domínio da AD&C, de acordo com os padrões regulamentares, designadamente na integridade, propriedade e sigilo dos dados e na fiabilidade das comunicações.	Implementação de normas de segurança e das melhores práticas (ISO, ITIL, COBIT,...) nos SI da AD&C.



5. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES GERAIS

Conforme já referido, as atividades da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P. encontram-se de uma forma geral enquadradas por mecanismos de controlo interno que permitem concluir pela inexistência de fortes probabilidades de ocorrências de riscos de corrupção e infrações conexas, considerando-se improvável, para a maioria das atividades, a ocorrência de riscos e sendo a maioria dos riscos identificados qualificados como de grau fraco.

Salienta-se, ainda, a existência do Código de Ética e Conduta da AD&C, aprovado pelo Conselho Diretivo em 14 de outubro de 2015, no sentido de dar resposta ao disposto na Recomendação de 7 de novembro 2012 do CPC, nomeadamente no que se refere à elaboração de mecanismos de acompanhamento e de gestão de conflitos de interesses.

Este Código, revisto e atualizado em 2018 de modo a incluir aspetos relativos à proteção de dados e às regras de comportamento em *open space*, foi divulgado e subscrito por todos os trabalhadores da AD&C, mediante a assinatura de uma Declaração de Compromisso, e resultou de um trabalho transversal interno e participado, tendo por objetivo estabelecer os princípios e normas de ética e comportamento que pautam a atuação da AD&C e dos seus colaboradores, quer no âmbito da prossecução da sua missão, quer no exercício das atividades que lhe servem de suporte. A adoção do Código de Ética e Conduta constitui ainda um dos pilares para a prevenção e mitigação do erro e do risco de fraude, pretendendo-se promover uma abordagem proativa, estruturada e orientada para a prevenção e gestão do risco, através da adoção de um conjunto de medidas proporcionais e efetivas.

Apresentam-se seguidamente as medidas consideradas como prioritárias no cumprimento do presente Plano:

Medidas Propostas	Unidade / Núcleo	Responsáveis
MEDIDAS PRIORITÁRIAS		
Normalização de procedimentos em Norma/Manual, incluindo a implementação de medidas de controlo sistemático de património, inventário e economato.	UGI/ NRFP	Direção UGI Coordenação NRFP
OUTRAS MEDIDAS		
Intensificação da verificação e controlo interno da integralidade dos dados. Sistematização da gestão de contratos em plataforma ou sistema próprio.	UGI/ NRFP	Direção UGI Coordenação NRFP
Melhoria do mecanismo de controlo utilizado em <i>homebanking</i> , com aceitação de transferência automática de ficheiros, limitando a intervenção humana.	UGF/ NFF	Direção da UGF Coordenação do NFF
Robustecimento dos mecanismos de controlo interno para mitigar o risco de falsificação de dados por parte das AG e UGF.	UGF/ NPF	Direção da UGF Coordenação do NPF



Podem-se ainda identificar, como propostas de medidas preventivas de âmbito geral, uma aposta continuada da AD&C nas seguintes Áreas:

- Orientação dos serviços no sentido de continuarem envolvidos com a gestão dos riscos de corrupção e infrações conexas.
- Divulgação e promoção de ações de formação e de sensibilização, para os colaboradores, sobre normas e procedimentos internos.
- Compromisso da AD&C para com a competência dos seus colaboradores, no sentido de os dotar de competências específicas para desempenho das atividades que lhes são cometidas, mediante o desenvolvimento de uma política de formação direcionada às necessidades dos colaboradores, das Unidade e do Organismo.
- Verificação, através da realização de controlos internos ou externos, do cumprimento, por parte dos colaboradores, das normas de procedimentos internos vigentes.
- Conclusão dos processos de implementação das ferramentas informáticas que se encontram em desenvolvimento, reforçando os automatismos de validação e verificação, permitindo o tratamento, registo e promoção dos processos de cobrança coerciva, bem como o seu acompanhamento.
- Revisão e atualização do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas de forma a refletir novas medidas de prevenção de riscos propostas, bem como alterações a nível das atividades desenvolvidas pelas UO e potenciais riscos associados

Na área específica da Contratação pública:

- Planificação adequada e atempada das atividades adjacentes aos processos de contratação pública a realizar.
- Assegurar a rotatividade, sempre que possível, nos elementos que constituem o júri dos processos de contratação bem como nos fornecedores de bens e prestadores de serviços.

Por fim, recomenda-se a divulgação do presente Plano a todos os colaboradores como forma de sensibilização para a matéria em apreço.



6. CONTROLO E MONITORIZAÇÃO DO PLANO

O presente plano de ação, bem como a execução das medidas preventivas de risco propostas, deverá ser sujeito a uma avaliação, no final de cada ano civil, elaborando-se subsequentemente um relatório de execução, o qual refletirá sobre a necessidade de revisão e, conseqüentemente, de atualização do presente plano. O relatório de execução é enviado à tutela e ao CPC, procedendo-se de seguida, se tal se justificar, à revisão do plano.

Verificando-se a necessidade de revisão, o plano revisto será então igualmente remetido à tutela e ao CPC, de acordo com as recomendações expressas por esta entidade.

O Núcleo de Planeamento e Gestão da Qualidade é responsável pela avaliação anual do plano e execução do respetivo relatório, sendo os dirigentes de cada unidade orgânica responsáveis pela execução efetiva do plano, designadamente, das medidas preventivas propostas para as próprias unidades.

Do plano e relatório aprovados será dado conhecimento a todos os colaboradores da AD&C.



ABREVIATURAS E SIGLAS

AA – Autoridade de Auditoria
AC – Autoridade de Certificação
AD&C – Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P.
NAJC – Núcleo de Apoio Jurídico e Contencioso
NCD – Núcleo de Comunicação e Documentação
NCPAE – Núcleo de Contratação Pública e Auxílios de Estado
NPGQ – Núcleo de Planeamento e Gestão da Qualidade
UAME – Unidade de Avaliação e Monitorização Estratégica
NA – Núcleo de Avaliação
NM – Núcleo de Monitorização
UC – Unidade de Certificação
NCDD – Núcleo de Controlo das Declarações de Despesa
NCFEC – Núcleo de Certificação do FEDER e do Fundo de Coesão
NCFSE – Núcleo de Certificação do Fundo Social Europeu
UCA – Unidade de Controlo e Auditoria
NPPC – Núcleo de Planeamento e Programação do Controlo
NAFFC – Núcleo de Auditoria do FEDER e do Fundo de Coesão
NAFSE – Núcleo de Auditoria do Fundo Social Europeu
UCFFC – Unidade de Coordenação do FEDER e do Fundo de Coesão
NAPFFC – Núcleo de Acompanhamento dos Programas FEDER e Fundo de Coesão
NCT – Núcleo de Cooperação territorial
UCFSE – Unidade de Coordenação do Fundo Social Europeu
NAPFSE – Núcleo de Acompanhamento dos Programas FSE
NS – Núcleo de Simplificação
UGF – Unidade de Gestão Financeira
NFF – Núcleo de Fluxos Financeiros
NPF – Núcleo de Programação Financeira
UGI – Unidade de Gestão Institucional
NGRH – Núcleo de Gestão de Recurso Humanos
NRFP – Núcleo de Recursos Financeiros e Patrimoniais
UPR – Unidade de Política Regional
NAAP – Núcleo de Acompanhamento do Acordo de Parceria
NEPT – Núcleo de Estudos e Políticas Territoriais
USI – Unidade de Sistemas de Informação
NGRT – Núcleo de Gestão de Recursos Tecnológicos
NSIAP – Núcleo Sistema de Informação Acordo de Parceria
NSIFSE – Núcleo Sistema de Informação Fundo Social Europeu
AG – Autoridade de Gestão (Programas Operacionais)
AP – Acordo de Parceria
BEI – Banco Europeu de Investimento
CCA – Conselho de Coordenação da Avaliação (SIADAP)
CCDR – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional
CCS – Comissão de Coordenação e de Supervisão
CD – Conselho Diretivo
CE – Comissão Europeia



CI – Controlo Interno
CIBE – Cadastro e Inventário dos Bens do Estado
CIC – Comissão Interministerial de Coordenação do Acordo de Parceria
COBIT – *Control Objectives for Information and Related Technology*
CPA – Código de Procedimento Administrativo
CPC – Conselho de Prevenção da Corrupção
CTE – Cooperação Territorial Europeia
EAS – Estrutura de Auditoria Segregada
EoRPA – *European Regional Policy Research Consortium*
EP – Entidade Pagadora
EQ-BEI – Empréstimo-Quadro do Banco Europeu de Investimento
EREI – Estratégia Regional de Especialização Inteligente
ENEI – Estratégia Nacional de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente
FAI – Fundo de Asilo e Emigração
FC – Fundo de Coesão
FC II – Fundo de Coesão II
FEAC – Fundo Europeu de Apoio aos Carenciados
FEADER – Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural
FEAMP – Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas
FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional,
FEEI – Fundos Europeus Estruturais e de Investimento
FEG – Fundo Europeu de Globalização
FMO – *Financial Mechanism Office*
FSE – Fundo Social Europeu
IFDR – Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, I.P.
IGCP – Instituto de Gestão do Crédito Público
IGFSE – Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu, I.P.
ISO – *International Standard Organization*
ITIL – *Information Technology Infrastructure Library*
LTPF – Lei de Trabalho em Funções Públicas
MFEEE – Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu
OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
OI – Organismos Intermédios
PCM – Presidência do Conselho de Ministros
PO – Programas Operacionais
PO AT – Programa Operacional de Assistência Técnica
PO CTE – Programas de Cooperação Territorial Europeia
PT 2020 – Portugal 2020
QREN – Quadro de Referência Estratégico Nacional
QREN-EQ – Empréstimo-quadro do BEI
ROC – Revisor Oficial de Contas
SCD – Sistema Contabilístico de Dívidas
SGC – Sistema de Gestão e Controlo
SGCA – Sistema de Gestão de Controlo e Auditoria
SIADAP – Sistema de Avaliação de Desempenho da Administração Pública
SICA – Sistema de Informação de Controlo e Auditoria
SI DoRIS – Sistema de informação «*Documentation, Reporting and Information System*»
SIEP – Sistema de Informação da Entidade Pagadora
SIFEDER e FC – Sistemas de Informação do FEDER e do Fundo de Coesão
SIFSE – Sistema de Informação do Fundo Social Europeu
SIQREN – Sistema de Informação do QREN



SIQREN-EQ – Sistema de Informação do QREN-Empréstimo-Quadro

SOLID – Programa-Quadro Solidariedade e Gestão dos Fluxos Migratórios

SPET – Secção Permanente de Estatísticas de Base Territorial

UO – Unidades Orgânicas



ANEXOS



ANEXO I – Lista de Infrações

Tipologias de infrações de corrupção

Código Penal, DL n.º 48/95, de 15 de março

Código de Procedimento Administrativo, Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro

Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, Lei n.º 35/2014, de 20 de junho

Recomendação do CPC – Gestão de Conflitos de Interesse no Setor Público, de 7 de novembro de 2012

Recomendação do CPC – Prevenção de Riscos de Corrupção na Contratação Pública, de 7 de janeiro de 2015

	Infração	Conceito
Crimes de corrupção (Código Penal)	Corrupção ativa Artigo 374.º	Quem, por si ou por interposta pessoa, com o seu consentimento ou ratificação, der ou prometer a funcionário, ou a terceiro por indicação ou com conhecimento daquele, vantagem patrimonial ou não patrimonial com o fim indicado no n.º 1 do artigo 373.º.
	Corrupção passiva Artigo 373.º	O funcionário que por si, ou por interposta pessoa, com o seu consentimento ou ratificação, solicitar ou aceitar, para si ou para terceiro, vantagem patrimonial ou não patrimonial, ou a sua promessa, para a prática de um qualquer ato ou omissão, contrários aos deveres do cargo, ainda que anteriores àquela solicitação ou aceitação.
Crimes conexos (Código Penal)	Abuso de Poder Artigo 382.º	O funcionário que, fora dos casos previstos nos artigos anteriores, abusar de poderes ou violar deveres inerentes às suas funções, com intenção de obter, para si ou para terceiro, benefício ilegítimo ou causar prejuízo a outra pessoa.
	Tráfico de influência Artigo 335.º	Quem, por si ou por interposta pessoa, com o seu consentimento ou ratificação, solicitar ou aceitar, para si ou para terceiro, vantagem patrimonial ou não patrimonial, ou a sua promessa, para abusar da sua influência, real ou suposta, junto de qualquer entidade pública.
	Peculato Artigo 375.º	O funcionário que ilegítimamente se apropriar, em proveito próprio ou de outra pessoa, de dinheiro ou qualquer coisa móvel, pública ou particular, que lhe tenha sido entregue, esteja na sua posse ou lhe seja acessível em razão das suas funções.
	Peculato de uso Artigo 376.º	1. O funcionário que fizer uso ou permitir que outra pessoa faça uso, para fins alheios àqueles a que se destinem, de veículos ou de outras coisas móveis de valor apreciável, públicos ou particulares, que lhe forem entregues, estiverem na sua posse ou lhe forem acessíveis em razão das suas funções. 2. Se o funcionário, sem que especiais razões de interesse público o justifiquem, der a dinheiro público destino para uso público diferente daquele a que está legalmente afetado.
	Concussão Artigo 379.º	O funcionário que, no exercício das suas funções ou de poderes de fato delas decorrentes, por si ou por interposta pessoa com o seu consentimento ou ratificação, receber, para si, para o Estado ou para terceiro, mediante indução em erro ou aproveitamento de erro da vítima, vantagem patrimonial que lhe não seja devida, ou seja superior à devida, nomeadamente contribuição, taxa, emolumento, multa ou coima.
	Suborno Artigo 363.º	Quem convencer ou tentar convencer outra pessoa, através de dádiva ou promessa de vantagem patrimonial ou não patrimonial, a praticar os fatos previstos nos artigos 359.º ou 360.º, sem que estes venham a ser cometidos.
	Participação económica em negócio Artigo 377.º	1. O funcionário que, com intenção de obter, para si ou para terceiro, participação económica ilícita, lesar em negócio jurídico os interesses patrimoniais que, no todo ou em parte, lhe cumpre, em razão da sua função, administrar, fiscalizar, defender ou realizar. 2. O funcionário que, por qualquer forma, receber, para si ou para terceiro, vantagem patrimonial por efeito de ato jurídico-civil relativo a interesses de que tinha, por força das suas funções, no momento do ato, total ou parcialmente, a disposição, administração ou fiscalização, ainda que sem os lesar



	Infração	Conceito
infrações conexas: crimes contra o setor público (Código Penal)	Apropriação ilegítima de bens públicos Artigo 234.º	1. Quem, por força do cargo que desempenha, detiver a administração, gerência ou simples capacidade de dispor de bens do setor público ou cooperativo, e por qualquer forma deles se apropriar ilegitimamente ou permitir intencionalmente que outra pessoa ilegitimamente se aproprie. 2. A tentativa é punível.
	Administração danosa Artigo 235.º	1. Quem, infringindo intencionalmente normas de controlo ou regras económicas de uma gestão racional, provocar dano patrimonial importante em unidade económica do setor público ou cooperativo. 2. A punição não tem lugar se o dano se verificar contra a expectativa fundada do agente
	Violação de segredo por funcionário Artigo 383.º	1. O funcionário que, sem estar devidamente autorizado, revelar segredo de que tenha tomado conhecimento ou que lhe tenha sido confiado no exercício das suas funções, ou cujo conhecimento lhe tenha sido facilitado pelo cargo que exerce, com intenção de obter, para si ou para outra pessoa, benefício, ou com a consciência de causar prejuízo ao interesse público ou a terceiros. 2. Se o funcionário praticar o fato previsto no número anterior criando perigo para a vida ou para a integridade física de outrem ou para bens patrimoniais alheios de valor elevado.
	Falsificação praticada por funcionário Artigo 257.º	O funcionário que, no exercício das suas funções: a) Omitir em documento, a que a lei atribui fé pública, fato que esse documento se destina a certificar ou autenticar; ou b) Intercalar ato ou documento em protocolo, registo ou livro oficial, sem cumprir as formalidades legais; com intenção de causar prejuízo a outra pessoa ou ao Estado, ou de obter para si ou para outra pessoa benefício ilegítimo.
	Usurpação de funções Artigo 358.º	Quem: a) Sem para tal estar autorizado, exercer funções ou praticar atos próprios de funcionário, de comando militar ou de força de segurança pública, arrogando-se, expressa ou tacitamente, essa qualidade; b) Exercer profissão ou praticar ato próprio de uma profissão para a qual a lei exige título ou preenchimento de certas condições, arrogando-se, expressa ou tacitamente, possuí-lo ou preenchê-las, quando o não possui ou não as preenche; ou c) Continuar no exercício de funções públicas, depois de lhe ter sido oficialmente notificada demissão ou suspensão de funções.
	Abuso de confiança Artigo 205.º	1. Quem ilegitimamente se apropriar de coisa móvel que lhe tenha sido entregue por título não translativo da propriedade. 2. A tentativa é punível. (...) 5. Se o agente tiver recebido a coisa em depósito imposto por lei em razão de ofício, emprego ou profissão, ou na qualidade de tutor, curador ou depositário judicial.



	Infração	Conceito
	Garantias de Imparcialidade, Secção II, Incompatibilidades e impedimentos, Artigo 19.º	<ol style="list-style-type: none">1. No exercício das suas funções, os trabalhadores em funções públicas estão exclusivamente ao serviço do interesse público, tal como é definido, nos termos da lei, pelos órgãos competentes da Administração.2. Sem prejuízo de impedimentos previstos na Constituição e noutros diplomas, os trabalhadores com vínculo de emprego público estão sujeitos ao regime de incompatibilidades e impedimentos previsto na presente secção.
Infrações conexas: infrações disciplinares do trabalhador em funções públicas (Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas - LTPF)	Garantias de Imparcialidade, Secção II, Incompatibilidades com outras funções, Artigo 20.º	As funções públicas são, em regra, exercidas em regime de exclusividade.
	Garantias de Imparcialidade, Secção II, Acumulação com outras funções públicas Artigo 21.º	<ol style="list-style-type: none">1. O exercício de funções públicas pode ser acumulado com outras funções públicas não remuneradas, desde que a acumulação revista manifesto interesse público.2. O exercício de funções públicas pode ser acumulado com outras funções públicas remuneradas, desde que a acumulação revista manifesto interesse público e apenas nos seguintes casos:<ol style="list-style-type: none">a) Participação em comissões ou grupos de trabalho;b) Participação em conselhos consultivos e em comissões de fiscalização ou outros órgãos colegiais de fiscalização ou controlo de dinheiros públicos;c) Atividades docentes ou de investigação de duração não superior à fixada em despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças, da Administração Pública e da educação e que, sem prejuízo do cumprimento da duração semanal do trabalho, não se sobreponha em mais de um quarto ao horário inerente à função principal;d) Realização de conferências, palestras, ações de formação de curta duração e outras atividades de idêntica natureza.
	Garantias de Imparcialidade, Secção II, Acumulação com Funções ou atividades privadas Artigo 22.º	<ol style="list-style-type: none">1. O exercício de funções públicas não pode ser acumulado com funções ou atividades privadas, exercidas em regime de trabalho autónomo ou subordinado, com ou sem remuneração, concorrentes, similares ou conflituantes com as funções públicas.2. Para efeitos do disposto no artigo anterior, consideram-se concorrentes, similares ou conflituantes com as funções públicas as atividades privadas que, tendo conteúdo idêntico ao das funções públicas desempenhadas, sejam desenvolvidas de forma permanente ou habitual e se dirijam ao mesmo círculo de destinatários.3. O exercício de funções públicas pode ser acumulado com funções ou atividades privadas que:<ol style="list-style-type: none">a) Não sejam legalmente consideradas incompatíveis com as funções públicas;b) Não sejam desenvolvidas em horário sobreposto, ainda que parcialmente, ao das funções públicas;c) Não comprometam a isenção e a imparcialidade exigidas pelo desempenho das funções públicas;d) Não provoquem prejuízo para o interesse público ou para os direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos.4. No exercício das funções ou atividades privadas autorizadas, os trabalhadores da Administração Pública não podem praticar quaisquer atos contrários aos interesses do serviço a que pertencem ou com eles conflituantes.5. A violação do disposto no número anterior determina a revogação da autorização para acumulação de funções, constituindo ainda infração disciplinar grave.



	Infração	Conceito
Infrações conexas: infrações disciplinares do trabalhador em funções públicas (Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas - LTPF)	Garantias de Imparcialidade, Secção II, Proibições Específicas Artigo 24.º	<ol style="list-style-type: none">1. Os trabalhadores não podem prestar a terceiros, por si ou por interposta pessoa, em regime de trabalho autónomo ou subordinado, serviços no âmbito do estudo, preparação ou financiamento de projetos, candidaturas ou requerimentos que devam ser submetidos à sua apreciação ou decisão ou à de órgãos ou serviços colocados sob sua direta influência.2. Os trabalhadores não podem beneficiar, pessoal e indevidamente, de atos ou tomar parte em contratos em cujo processo de formação intervenham órgãos ou unidades orgânicas colocadas sob sua direta influência.3. Para efeitos do disposto nos números anteriores, consideram-se colocados sob direta influência do trabalhador os órgãos ou serviços que:<ol style="list-style-type: none">a) Estejam sujeitos ao seu poder de direção, superintendência ou tutela;b) Exerçam poderes por ele delegados ou subdelegados;c) Tenham sido por ele instituídos, ou relativamente a cujo titular tenha intervindo como representante do empregador público, para o fim específico de intervir nos procedimentos em causa;d) Sejam integrados, no todo ou em parte, por trabalhadores por ele designados;e) Cujo titular ou trabalhadores neles integrados tenham, há menos de um ano, sido beneficiados por qualquer vantagem remuneratória, ou obtido menção relativa à avaliação do seu desempenho, em cujo procedimento ele tenha tido intervenção;f) Com ele colaborem, em situação de paridade hierárquica, no âmbito do mesmo órgão ou serviço.4. Para efeitos das proibições constantes dos n.ºs 1 e 2, é equiparado ao trabalhador:<ol style="list-style-type: none">a) O seu cônjuge, não separado de pessoas e bens, ascendentes e descendentes em qualquer grau, colaterais até ao segundo grau e pessoa que com ele viva em união de facto;b) A sociedade em cujo capital o trabalhador detenha, direta ou indiretamente, por si mesmo ou conjuntamente com as pessoas referidas na alínea anterior, uma participação não inferior a 10 /prct.5. A violação dos deveres referidos nos n.ºs 1 e 2 constitui infração disciplinar grave.6. Para efeitos do disposto no Código do Procedimento Administrativo, os trabalhadores devem comunicar ao respetivo superior hierárquico, antes de tomadas as decisões, praticados os atos ou celebrados os contratos referidos nos n.ºs 1 e 2, a existência das situações referidas no n.º 4.7. É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto no artigo 51.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de novembro, na redação atual.



	Infração	Conceito
Infrações conexas: infrações disciplinares do trabalhador em funções públicas (Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas - LTFP)	Garantias de Imparcialidade, Secção II, Deveres do trabalhador Artigo 73.º	<ol style="list-style-type: none">1. O trabalhador está sujeito aos deveres previstos na presente lei, noutros diplomas legais e regulamentos e no instrumento de regulamentação coletiva de trabalho que lhe seja aplicável.2. São deveres gerais dos trabalhadores:<ol style="list-style-type: none">a. O dever de prossecução do interesse público;b. O dever de isenção;c. O dever de imparcialidade;d. O dever de informação;e. O dever de zelo;f. O dever de obediência;g. O dever de lealdade;h. O dever de correção;i. O dever de assiduidade;j. O dever de pontualidade.3. O dever de prossecução do interesse público consiste na sua defesa, no respeito pela Constituição, pelas leis e pelos direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos.4. O dever de isenção consiste em não retirar vantagens, diretas ou indiretas, pecuniárias ou outras, para si ou para terceiro, das funções que exerce.5. O dever de imparcialidade consiste em desempenhar as funções com equidistância relativamente aos interesses com que seja confrontado, sem discriminar positiva ou negativamente qualquer deles, na perspetiva do respeito pela igualdade dos cidadãos.6. O dever de informação consiste em prestar ao cidadão, nos termos legais, a informação que seja solicitada, com ressalva daquela que, naqueles termos, não deva ser divulgada.7. O dever de zelo consiste em conhecer e aplicar as normas legais e regulamentares e as ordens e instruções dos superiores hierárquicos, bem como exercer as funções de acordo com os objetivos que tenham sido fixados e utilizando as competências que tenham sido consideradas adequadas.8. O dever de obediência consiste em acatar e cumprir as ordens dos legítimos superiores hierárquicos, dadas em objeto de serviço e com a forma legal.9. O dever de lealdade consiste em desempenhar as funções com subordinação aos objetivos do órgão ou serviço.10. O dever de correção consiste em tratar com respeito os utentes dos órgãos ou serviços e os restantes trabalhadores e superiores hierárquicos.11. Os deveres de assiduidade e de pontualidade consistem em comparecer ao serviço regular e continuamente e nas horas que estejam designadas.12. O trabalhador tem o dever de frequentar ações de formação e aperfeiçoamento profissional na atividade em que exerce funções, das quais apenas pode ser dispensado por motivo atendível.13. Na situação de requalificação, o trabalhador deve observar os deveres especiais inerentes a essa situação.



	Infração	Conceito
Infrações conexas: (Código de Procedimento Administrativo)	Garantias de Imparcialidade, Secção VI: Casos de impedimentos de titulares de órgãos e de agentes da Administração Pública Artigo 69.º	<p>1. Salvo o disposto no n.º 2, os titulares de órgãos da Administração Pública e os respetivos agentes, bem como quaisquer outras entidades que, independentemente da sua natureza, se encontrem no exercício de poderes públicos, não podem intervir em procedimento administrativo ou em ato ou contrato de direito público ou privado da Administração Pública, nos seguintes casos:</p> <ul style="list-style-type: none">a) Quando nele tenha interesse, por si, como representante ou como gestor de negócios de outra pessoa;b) Quando, por si ou como representantes ou gestores de negócios de outra pessoa, nele tenham interesse o seu cônjuge ou pessoa com quem viva em condições análogas às dos cônjuges, algum parente ou afim em linha reta ou até ao segundo grau da linha colateral, em como qualquer pessoa com quem vivam em economia comum ou com a qual tenham uma relação de adoção, tutela ou apadrinhamento civil;c) Quando, por si ou como representantes ou gestores de negócios de outra pessoa, tenham interesse em questão semelhante à que deva ser decidida, ou quando tal situação se verifique em relação a pessoa abrangida pela alínea anterior;d) Quando tenha intervindo no procedimento como perito ou mandatário ou haja dado parecer sobre questão a resolver;e) Quando tenha intervindo no procedimento como perito ou mandatário o seu cônjuge ou pessoa com quem viva em condições análogas às dos cônjuges, parente ou afim em linha reta ou até ao segundo grau da linha colateral, bem como qualquer pessoa com quem vivam em economia comum ou com a qual tenham uma relação de adoção, tutela ou apadrinhamento civil;f) Quando se trate de recurso de decisão proferida por si, ou com a sua intervenção, ou proferida por qualquer das pessoas referidas na alínea b) ou com intervenção destas. <p>2. Excluem-se do disposto no número anterior:</p> <ul style="list-style-type: none">a) As intervenções que se traduzam em atos de mero expediente, designadamente atos certificativos;b) A emissão de parecer, na qualidade de membro do órgão colegial competente para a decisão final, quando tal formalidade seja requerida pelas normas aplicáveis;c) A pronúncia do autor do ato recorrido, nos termos do n.º 2 do artigo 195.º. <p>3. Sob pena das sanções cominadas pelos n.ºs 1 e 3 do artigo 76.º, não pode haver lugar, no âmbito do procedimento administrativo, à prestação de serviços de consultoria, ou outros, a favor do responsável pela respetiva direção ou de quaisquer sujeitos públicos da relação jurídica procedimental, por parte de entidades relativamente às quais se verifique qualquer das situações previstas no n.º 1, ou que hajam prestado serviços, há menos de três anos, a qualquer dos sujeitos privados participantes na relação jurídica procedimental.</p> <p>4. As entidades prestadoras de serviços no âmbito de um procedimento devem juntar uma declaração de que se não encontram abrangidas pela previsão do número anterior.</p> <p>5. Sempre que a situação de incompatibilidade prevista no n.º 3 ocorrer já após o início do procedimento, deve a entidade prestadora de serviços comunicar desde logo o facto ao responsável pela direção do procedimento e cessar toda a sua atividade relacionada com o mesmo.</p>
Infrações conexas: (Recomendação CPC)	Conflitos de interesses (Recomendação CPC, de 7/11/2012)	<p>«(...)»</p> <p>1. Introdução – enquadramento e noções de conflitos de interesses</p> <p>Na linha das noções que têm sido apresentadas pelos principais organismos internacionais, como a ONU, a OCDE e o GRECO (Conselho da Europa), o conflito de interesses no sector público pode ser definido como qualquer situação em que um agente público, por força do exercício das suas funções, ou por causa delas, tenha de tomar decisões ou tenha contacto com procedimentos administrativos de qualquer natureza, que possam afetar, ou que possam estar em causa, interesses particulares seus ou de terceiros e que por essa via prejudiquem ou possam prejudicar a isenção e o rigor das decisões administrativas que tenham de ser tomadas, ou que possam suscitar a mera dúvida sobre a isenção e o rigor que são devidos ao exercício de funções públicas. (...)»</p>



	Infração	Conceito
Infrações conexas: (Recomendação CPC)	Contratação Pública (Recomendação CPC, de 7/01/2015)	«(...)» <ol style="list-style-type: none">1. Reforçar a atuação na identificação, prevenção e gestão de riscos de corrupção e infrações conexas nos contratos públicos, quanto à sua formação e execução, devendo em especial fundamentar-se sempre a escolha do adjudicatário;2. Incentivar a existência de recursos humanos com formação adequada para a elaboração e aplicação das peças procedimentais respetivas, em especial do convite a contratar, do programa do concurso e do caderno de encargos;3. Garantir a transparência dos procedimentos de contratação pública, nomeadamente através da publicidade em plataformas eletrónicas nos termos legais;4. Assegurar o funcionamento dos mecanismos de controlo de eventuais conflitos de interesse na contratação pública;5. Reduzir o recurso ao ajuste direto, devendo quando observado ser objeto de especial fundamentação e ser fomentada a concorrência através da consulta a mais de um concorrente;6. Solicitar aos órgãos de fiscalização, controlo e inspeção do Setor Público nas suas ações, com especial atenção à matéria objeto desta recomendação.»